



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2014

-----Aos seis dias do mês de outubro de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a 2ª reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;** -----
- 2. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DA PISCINA DO GRUPO DESPORTIVO DE SESIMBRA;** -----
- 3. UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DA PISCINA DO GRUPO DESPORTIVO DE SESIMBRA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO – CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE GÁS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO DA PISCINA E SALA DE DESPORTO;**-----
- 4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO “3” – SÓCIO-CULTURAL E SEGURANÇA DOS CIDADÃOS, SOBRE AS REUNIÕES REALIZADAS, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, COM OS DIRETORES DE AGRUPAMENTO DAS ESCOLAS DO CONCELHO.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges. -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Joaquim José Mendes Dias;-

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Verificou-se ainda a presença do Sr. Fernando José Mestre Patrício, em representação do Presidente da junta de freguesia da Quinta do Conde; do Presidente da junta de freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da junta de freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso.-----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017





Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, **a Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quinze minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----**A Presidente da Assembleia** após cumprimentar todos os presentes na sala, informou que tinha solicitado a substituição para a presente sessão a Deputada Joana Maria Brás de Oliveira Alarcão Bastos (PS), por razões de ordem profissional, sendo convocada para a substituir a Deputada Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias. -----

-----Também o Sr. Presidente da junta de freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes, não pôde comparecer por razões de ordem profissional, sendo substituído por Francisca Maria Fontes Martins Rosa.-----

-----Depois disse que gostaria de dar duas informações, que embora fossem já do conhecimento da maioria dos deputados através da Plataforma da Assembleia Municipal (PAMS), e também apreciadas ao nível da Comissão “5”, da qual é Coordenador o Deputado Pedro Mesquita, onde foram prestadas informações pelo Sr. Presidente da Câmara. Estava a referir-se à nova versão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, e ao Relatório 2050/2013 da Inspeção Geral de Finanças, que incidia sobretudo na área do urbanismo. -----

-----Depois deu início ao “**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** informando que tinham na Mesa 2 documentos para apreciação, uma Moção apresentada pela bancada do Bloco de Esquerda e uma Saudação apresentada pela bancada do PSD. -----

-----Deu a palavra ao **Deputado José Guerra** para ler a Moção sobre “A privatização e concessão da gestão da recolha e tratamento de resíduos”. O Deputado disse que ia retirar a Moção porque o texto tinha sido elaborado numa reunião do BE por um camarada seu, e como tinha sido elaborado à risca com as páginas da Internet traduzidas na íntegra precisava de ser refeito. E também por uma crítica do Deputado Manuel José Pereira, em relação à proposta final que não estava explícita. Portanto retirava a moção e numa próxima assembleia seria apreciada. -----

-----Depois informou que desde junho se encontrava bastante débil e por isso não conseguia controlar as discussões com o resto dos camaradas da Assembleia. Esperava que no próximo domingo lhe fosse infiltrado o medicamento de que necessitava e que na semana seguinte estivesse em melhores condições, porque as dores eram muito fortes e não se conseguia concentrar. -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Seguidamente a **Presidente da AM** citou que, para que ficasse claro, a moção do BE tinha sido retirada por indicação do proponente para uma eventual reestruturação e deliberação numa próxima assembleia. -----

-----Depois deu a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** para fazer a leitura da **Saudação** apresentada pela bancada do PSD, e a qual se transcreve:-----

----- “A UGT, as associações patronais e o Governo assinaram um acordo para o aumento imediato do salário mínimo nacional para os 505 euros mensais. -----

-----Este acordo significa para 425 mil trabalhadores portugueses do sector público e privado um acréscimo à sua remuneração mensal de 20 euros. Este valor manter-se-á em vigor até 31 de Dezembro de 2015, com o compromisso de se constituir uma comissão tripartida de acompanhamento que determinará atualizações futuras. -----

-----Este aumento há muito que se assumia como um imperativo de justiça social para uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores de mais baixos rendimentos. -----

-----Este é sem dúvida um compromisso que valoriza o papel da concertação social. Os social-democratas manter-se-ão sempre fieis à sua génese de proposição e compromisso na procura de soluções que defenderão sempre os trabalhadores portugueses. -----

-----Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra, considerando o papel relevante que a concertação social tem no desenvolvimento do País, em áreas essenciais como as políticas sociais do trabalho e emprego, propõem à Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 6 de Outubro, uma saudação, aos parceiros sociais que acordaram o aumento do salário mínimo nacional.”-----

-----**A Presidente da AM** deu a palavra aos deputados para se pronunciarem sobre a Saudação.-----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** começou por dizer que sendo o Governo também nesta matéria um parceiro social, o Partido Socialista não podia obviamente concordar com o presente documento, considerando até de algum oportunismo político por parte dos proponentes. Achavam que passado o período em que vigorou o memorando da Tróica, a decisão aconselhável quanto ao aumento da retribuição mínima mensal garantida, haveriam condições até pelo impacto que isso pudesse vir a ter na economia do país e no desenvolvimento, não só de ter sido um valor mais elevado, como não resultar do acordo feito com as entidades patronais, no sentido de baixar a TSU-Taxa Social Única, o que poderia ter também reflexos óbvios no desequilíbrio das contas já desequilibradas da Segurança Social.-----

-----Disse ainda, que o presente aumento iria vigorar até janeiro de 2015, esperavam bem que não vigorasse e que a meio desse período houvesse a possibilidade de ter um novo valor de retribuição mínima mensal garantida, e com um impacto diferente em termos económicos. Porque tinham não só



Assembleia Municipal de Sesimbra

que aliviar o imenso caudal da dívida das famílias, como dar-lhes maior capacidade de consumo, melhor capacidade de poupança, mas isso não seria fácil tão cedo. Portanto não podiam concordar com a saudação naqueles termos, de certa forma efusivos, de celebrar um acontecimento que não tinha dimensão para isso. Pecava por ser escassa a decisão tomada e pecava por ter consequências mesmo ao nível do equilíbrio das finanças da Segurança Social. -----

-----**O Deputado Alain Monteiro** disse que a questão do aumento do salário mínimo era de facto uma luta dos trabalhadores já de há muitos anos, uma luta do PCP e também da CDU, portanto consideravam verdadeiramente escasso aquele aumento. E se o fossem analisar na prática representava 17,00€, daria para um trabalhador beber finalmente por dia o seu cafezinho. Mas face ao aumento brutal do custo de vida protagonizado pelo Governo nos últimos 3 anos, sem dúvida que aquele aumento não dava para nada. Por outro lado, também não concordavam com a negociação de todo o processo, consideravam que o mesmo tinha vindo a desvalorizar a concertação social e de certa forma desacreditá-la. E como já tinha sido referido, quanto à TSU, alguém iria ter que compensar essa baixa de impostos, o que significava que os trabalhadores estavam a patrocinar o aumento do salário mínimo. -----

-----Portanto na prática, aqueles 17,00€ acabavam por arredondar o salário mínimo para os 484,00€, o que para todos os efeitos de acordo com a OCDE estavam no limite do limiar da pobreza. Portanto continuavam com 425 mil trabalhadores portugueses que são pobres porque trabalham, aliás, são extremamente pobres porque trabalham. Certamente todos se lembravam que dias antes de sair aquele valor, alguns governantes diziam que não haveria aumento do salário mínimo. E gostaria de realçar uma proposta que tinha sido apresentada pelo PCP na Assembleia da República para aumentar o salário mínimo, bem diferente daquela presentemente proposta e aceite pelos parceiros sociais, pelo menos por alguns parceiros sociais. -----

-----**O Deputado José Guerra** disse que também não concordava com a proposta, um aumento de cerca de 20,00€ no ordenado mínimo nacional era um gozo, era não ter o mínimo de solidariedade. Não se percebia como é que em 1975 o ordenado mínimo nacional, correspondente aos dias de hoje, era de 575,00€, depois de dois pedidos de empréstimo à Troica, em 1983 e 1986, ficou em 486,00€, e passados todos estes anos o ordenado mínimo nacional não chega aos 500,00€. Como é que foi possível estar entre 1987 a 2007 sem necessidade de empréstimos e com um ordenado mínimo nacional muito mais alto que aquele que agora davam e consideravam como uma grande façanha. E ainda em que todos os trabalhadores teriam de descontar para a TSU, porque alguém teria que pagar. -----

-----**O Deputado Mendes Dias** disse que quando apresentaram aquela Saudação era com o objetivo de se congratularem com o facto de 425 mil trabalhadores portugueses terem efetivamente o aumento



Assembleia Municipal de Sesimbra

da sua remuneração mensal. Pelos vistos o Deputado Manuel José Pereira e o Partido Socialista estavam-se “borrifando” para os 425 mil trabalhadores que iam ter esse aumento no presente mês. Claramente que também gostariam que não fosse os 505,00€, ou 515,00€, que não fosse os 544,00€ que um pretense a Primeiro-ministro anunciou na sua campanha inicial, mas cá estariam na altura própria para ver as alterações que o Partido Socialista quando for governo, se o for, irá implementar. Também gostariam que o salário mínimo nacional tivesse sido atualizado conforme estava acordado pelo acordo 2006, e tivesse sido feito em 2011, e que tivesse havido a possibilidade de ser atualizado anualmente.---

-----Acrescentou, que o Deputado Manuel José Pereira esqueceu-se de um pormenor, que efetivamente o atual Governo teve que fazer face a uma situação que lhe foi deixada pelo Partido Socialista, que fez um acordo com a Troica que proibia o aumento do salário mínimo nacional. E só após a saída do programa da Troica e depois de o terem ultrapassado, sem ser preciso um 2º resgate, é que o Governo e os parceiros sociais tiveram condições para fazer o presente aumento. Reconheciam que era pouco, mas como se costuma dizer “grão a grão enche a galinha o papo”.-----

-----Recordou que para os trabalhadores do Vale do Ave, aqueles que andam de motorizada para irem para as fábricas onde trabalham, os tais 17,00€ que o deputado Alain referiu, eram o suficiente para pagar uma explicação para um filho, que antes não conseguia. E portanto tudo o que fosse acréscimo na remuneração seria bem-vindo, e quando houvesse condições para o fazerem em termos mais dilatados, com certeza que o Governo e os parceiros sociais o fariam. Mas depois das intervenções dos Deputados, percebia-se que era um assunto que lhes passava ao lado, e passava ao lado porque nenhum deles tinha o ordenado mínimo nacional. E quando lançavam a questão do desagravamento da TSU, e que alguém iria pagar, essa era uma situação e uma oportunidade para a criação de novos postos de trabalho. Com a diminuição dos 0,75 dos trabalhadores que tinham o ordenado mínimo nacional, não para os futuros, as empresas teriam com certeza uma mais-valia para poderem recrutar e poderem garantir os postos de trabalho, que bem necessários eram para que a taxa de desemprego baixe cada vez mais.-----

-----Para terminar, queria lembrar que deviam ter cuidado, porque ainda há pouco no Brasil toda a gente sonhava, ou pensava, que era a Marina Silva, do Partido Socialista, a ir à 2ª volta, mas foi o Partido Social Democrata, com o Aécio Neves, a disputar com a Dilma Roussef a 2ª volta. Era bom que não deitassem foguetes antes da festa e que fossem contidos na apreciação que faziam.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** citou que tinha estado atentamente a ouvir tudo o que foi dito e parecia-lhe que estavam na Assembleia da República. O tema do salário mínimo nacional, o tema da TSU, eram temas de facto bastante importantes, mas trazerem estes temas para a Assembleia Municipal, quando a sede própria era a Assembleia da República, julgava que não estava correto, inclusive para as



Assembleia Municipal de Sesimbra

peças que estavam a assistir àquela reunião. Deviam concentrar-se nos assuntos que interessavam aos munícipes, estar a fomentar querelas políticas referentes àqueles temas em sede da Assembleia era escusado e não tinha qualquer efeito prático. Quanto ao tema em si, aquilo que o Movimento Sesimbra Unida (MSU) tinha para dizer era que estavam na Assembleia Municipal, em representação dos munícipes que os elegeram, e mesmo àqueles que não os elegeram, e era a esses que tinham que responder e era a esses que tinham que defender os seus interesses. E nesse sentido o voto do MSU era o da abstenção. -

-----**O Deputado Alain Monteiro** referiu que na sua opinião falar do presente tema era também proteger os munícipes do concelho, mas compreendia que o MSU não quisesse entrar nessa discussão. Depois perguntou ao Deputado Mendes Dias qual era o explicador que levava 17,00€ por mês, porque gostaria de aproveitar, porque para a explicação de inglês da sua filha pagava 100,00€ por mês. -----

-----Seguidamente a **Presidente da AM** colocou à votação a **Saudação** aos parceiros sociais que acordaram o aumento do salário mínimo nacional, apresentada pela Bancada do PSD/CDS-PP. -----

-----A **Saudação foi rejeitada, por maioria**, com 2 votos a favor do PSD/CDS-PP, 20 votos contra (13 CDU+ 6 PS + 1 BE) e 2 abstenções do MSU. -----

-----Seguidamente a **Presidente das AM** perguntou se havia Declarações de Voto a apresentar. -----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** leu em nome da bancada do MSU, a seguinte **Declaração de Voto**:

-----*“Saudação PSD – Salário Mínimo Nacional”* -----

-----*Pese embora a matéria do aumento do salário mínimo nacional seja relevante para todos os portugueses, e por isso também para os Sesimbrenses, o Movimento Sesimbra Unida (MSU) é um movimento independente de cidadãos mandatado pelos munícipes de Sesimbra, cabendo-lhe a responsabilidade de defender sobretudo os direitos e interesses dos cidadãos de Sesimbra.* -----

-----*Fora desse contexto, entendendo que a saudação ora apresentada ultrapassa o âmbito geográfico do seu mandato, e que se trata de uma matéria de abrangência nacional, não podemos direcionar-nos para um sentido de voto que não seja o da abstenção.”* -----

-----**O Deputado Alain Monteiro** leu em nome da bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto**: - ---

-----*“Para o grupo municipal da CDU é claro que o aumento do salário mínimo nacional não é de todo um imperativo de justiça social para uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores de mais baixos rendimentos conforme o grupo municipal do PSD propagandeia, nem sequer resulta da vontade do governo como querem fazer acreditar através da saudação que apresentou. O aumento do salário mínimo nacional resulta de vários anos de luta dos trabalhadores pela valorização dos salários pois se dependesse exclusivamente da vontade do Governo, não haveria qualquer aumento do salário mínimo nacional. Porém, a CDU além de querer valorizar o aumento sério e digno do salário mínimo nacional, pelo qual*



Assembleia Municipal de Sesimbra

também luta há vários anos, considera que o aumento do salário mínimo de 485 € para 505€ brutos, que representam 450 € líquidos, o que dá 59 cêntimos por dia, é claramente insuficiente e não chega minimamente para fazer face ao grande aumento do custo de vida que o próprio governo promoveu ao longo destes três anos de governação. Assim, quanto ao imperativo de justiça social para uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores de mais baixos rendimentos, convém lembrar que para a OCDE este valor líquido encontra-se abaixo do limiar da pobreza. Isto significa que existe em Portugal 425 mil trabalhadores que são pobres porque trabalham. O salário mínimo continua a ser um dos mais baixos salários mínimos de toda a Europa e para ter o mesmo poder de compra que tinha em 1974, ano da sua criação, seria necessário que o valor de 2014 fosse de 584€.-----

-----Mas, passados três anos de governação PSD/CDS-PP, depois de tudo fazerem para adiar o aumento do salário mínimo nacional, ele é concretizado com o pensamento no calendário eleitoral, todavia, este aumento vem com «água no bico», vem com contrapartidas para o patronato. Deste modo, através do entendimento entre os parceiros sociais, Governo, patronato e UGT, uma parte do aumento do salário mínimo nacional é paga pelos próprios trabalhadores por via da descapitalização da segurança social, desvalorizando e desacreditando o papel da concertação social. Mas como se não bastasse, o Governo firmou ainda com os patrões e a UGT um acordo que visa congelar o aumento do salário mínimo nacional no futuro, garantindo expressamente que nos próximos anos, não haja qualquer aumento. Em sentido contrário, não podemos deixar de salientar que o PCP apresentou um projeto de resolução na Assembleia da República. Aumento imediato de 515 € com efeitos retroativos a junho de 2014 para compensar o atraso da atualização do salário mínimo nacional, passando, depois, para 540 € em janeiro de 2015 e o aumento intercalar para 570 € em junho de 2015, para chegar aos 600 € em janeiro de 2016.

-----Quanto ao facto dos social-democratas se manterem sempre fieis à sua génese de proposição e compromisso na procura de soluções que defenderão sempre os trabalhadores portugueses, a mesma tem inequivocamente resultado ao longo desta governação num brutal aumento do IRS, cortes de vencimento dos trabalhadores, cortes de direitos, facilitação e embaratecimento dos despedimentos, redução do pagamento do trabalho suplementar, redução dos feriados e dos dias de férias, aumento de horário de trabalho sem compensação remuneratória, ataque à contratação coletiva de trabalho, corte para um quarto no pagamento das horas extraordinárias e do trabalho em dias de feriado, entre muitas outras malfetorias e agravamento da exploração laboral.-----

-----Este sim, o verdadeiro ADN dos sociais-democratas.-----

-----Por tudo isto, votamos contra a saudação apresentada pelo grupo municipal do PSD.”-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado José Guerra** informou que o BE iria enviar posteriormente a Declaração de Voto, cujo conteúdo se passa a transcrever:-----

-----“O aumento do salário mínimo pelo montante de 20 euros é uma verdadeira afronta aos trabalhadores portugueses. Após os aumentos generalizados de impostos, de taxas moderadoras nas prestações de cuidados de saúde (pagamento nas urgências, nas consultas, nos exames complementares), o aumento das propinas e cortes nas bolsas, o aumento das tarifas dos transportes, da água, da eletricidade, a redução significativa dos benefícios no IRS e muitos outros flagelos sociais, impunha-se uma política de reposição do poder de compra dos mais vulneráveis. O Salário Mínimo Nacional é um instrumento fundamental de luta generalizada contra a pobreza e, por que atinge uma vasta camada da população, é também um instrumento de dinamização do mercado interno. Neste sentido, por uma questão de justiça social, mas também para relançar o nível de atividade económica e o emprego impunha-se uma política muito mais ousada de elevação do salário mínimo, que esteve congelado nos 485 euros (431,65 euros em termos líquidos) durante 4 anos. -----

-----Por este conjunto de motivos votei contra a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.”

-----Seguidamente a **Presidente da AM** deu início ao “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”, mas não interveio qualquer cidadão.-----

-----Passou de imediato ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**” lembrando, que sendo a 2ª reunião da sessão ordinária de junho, iriam apreciar o ponto **6. Apreciação da Atividade Municipal**.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que começou por destacar:-----

----- - A realização do “Sesimbra Summer Cup”, uma iniciativa da junta de freguesia do Castelo com a colaboração dos clubes do concelho e também com o envolvimento da Câmara Municipal, com a participação de mais de 2.000 atletas do concelho de Sesimbra; -----

----- - O aniversário da União Desportiva e Recreativa da Quinta do Conde; -----

----- A cerimónia de ordenação do Padre Tiago Pinto, um Padre Sesimbrense; -----

----- A inauguração da marginal da Lagoa de Albufeira, no dia 18 de julho; -----

----- A reunião com o Sr. Ministro-adjunto Poiães Maduro, no dia 23 de julho, sobre a temática do Cabo Espichel; -----

----- A inauguração da Fortaleza de Santiago, no dia 25 de julho; -----

----- A Assembleia Geral de acionistas da Simarsul; -----

----- A sardinhada dos Idosos;-----

----- A realização do Festival Super Bock Super Rock, com uma elevada participação do Público; ----

----- O Festival de Folclore, que se realizou na Fortaleza de Santiago; -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Abertura e realização do ACAREG- Acampamento Regional, do Clube Nacional de Escuteiros, este ano no concelho de Sesimbra, na herdade do Cabeço da Flauta; -----

----- Os aniversários do Grupo Desportivo de Sesimbra e dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra; --

----- Três Conferências de Serviço sobre os Planos de Pormenor da Lagoa de Albufeira; -----

----- A realização da Feira do Mel, no Castelo de Sesimbra, no mês de agosto; -----

----- A sua presença em Bruxelas numa delegação da ADREPES, onde estiveram também os Presidentes das Câmaras de Palmela e Setúbal e alguns dirigentes de municípios da região e de empresas ligadas à agricultura; -----

----- A presença da Câmara Municipal de Sesimbra, a convite do Sr. Secretário de Estado do Mar, no projeto MarBis – Sistema de Informação para a Biodiversidade Marinha, que foi apresentado à Comunicação Social, onde esteve presente a Sr^a. Ministra da Agricultura e Ambiente, Assunção Cristas;

----- - As reuniões de acionistas da Amarsul e Simarsul, a 18 e a 22 de Setembro, respetivamente; ---

----- A realização da Festa da Luz e da Festa do Cabo Espichel; -----

----- As iniciativas desportivas que marcam o final de setembro e princípio de outubro em Sesimbra, a regata de aiolas, a corrida de Sesimbra, e a travessia de Sesimbra, onde participaram 392 nadadores.--

----- - A mostra da maçã camoesa, na Moagem de Sampaio, com uma elevada participação, quer dos produtores, quer de pessoas que procuram este produto; -----

----- E o início da atividade da piscina de Sesimbra, a 19 de setembro, sob gestão municipal, naturalmente com alguns problemas burocráticos por resolver, com uma elevada adesão das pessoas e com as classes todas preenchidas. Registava com agrado esta situação, o que queria dizer que a política de preços que a Câmara introduziu e a promoção que foi feita, porventura terão atraído mais gente. ----

----- Quanto às deliberações de Câmara no período em análise, disse que gostaria de realçar: -----

----- Um conjunto de receções parciais relacionadas com o sistema de rede de drenagem que foram executadas no concelho, em particular na freguesia do Castelo, no âmbito da candidatura ao Prolvt- Programa Operacional de Valorização do Território; -----

----- A aprovação do Regulamento Municipal de Utilização e Cedência da Piscina do GDS e do Regulamento Municipal de Utilização e Cedência da Fortaleza de Santiago; -----

----- A fixação dos preços da piscina de Sesimbra;-----

----- A decisão de apoio alimentar às famílias carenciadas, em período de pausas letivas, este ano com um reforço substancial, praticamente o dobro dos jovens alunos; -----

----- As normas e critérios do apoio aos transportes escolares; -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- E o Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo, que no presente dia ia ser deliberado pela Assembleia Municipal.-----

-----Disse que queria registar com agrado a comunicação que lhe tinha sido enviada da aprovação da candidatura ao PROMAR – Programa Operacional da Pesca, para a instalação do Museu do Mar, na Fortaleza de Santiago, e também para a remodelação do mercado do peixe, no Mercado Municipal de Sesimbra, num montante de 483 mil euros, financiamento de 50% a fundo perdido.-----

-----Informou que a Câmara Municipal tinha apresentado, na semana anterior, três candidaturas de reabilitação urbana para obter financiamento para obras já realizadas. Estava a falar de intervenções, na marginal da Lagoa de Albufeira, na Corredora junto à Igreja, e na Quinta do Conde, no seu conjunto investimentos de quase 1 milhão de euros, que poderiam gerar uma receita na ordem dos de 65%, se fossem todas aprovadas, obviamente que não seriam todas. Portanto as candidaturas tinham sido entregues e estavam a aguardar a sua eventual aprovação.-----

-----Comunicou que estavam também a preparar, com os municípios de Setúbal e Palmela, um projeto chamado “Pro-Arrábida” para integrar “AIDUS”- Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável, da Área Metropolitana de Lisboa, um conjunto de intervenções, quer dos municípios, quer de parceiros privados, quer de instituições da Administração Central, no território da Arrábida, relacionadas com a reabilitação de Património, e com o Turismo da Natureza.-----

-----Indicou que a Câmara Municipal de Sesimbra estava a preparar uma candidatura ao “Life Ambiente- Programa de Ambiente e Ação Climática 2014-2020”, em colaboração com o ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e a APA – Agência Portuguesa de Ambiente, para retomarem parte do projeto que a Câmara tinha para Lagoa de Albufeira e cuja candidatura foi denunciada. Tinha feito uma intervenção parcial, mas o resto do projeto, incluindo a cada do Infantado, era objetivo da Câmara pegar por via deste projeto.-----

-----Quanto às obras mais relevantes, indicou:-----

----- A conclusão de algumas obras de pavimentação, nomeadamente intervenções na Aiana e na Estrada da Assenta;-----

----- A conclusão da variante do Zambujal/Assenta, uma pretensão antiga, que liga o Zambujal à Estrada da Assenta - que tem um impacto bastante interessante para as pessoas que moram a zona ocidental do concelho e que se deslocam para o Porto de Pesca, permitindo fugir ao trânsito de Santana e do centro da vila de Sesimbra;-----

----- As obras de demolição da parte velha do Bairro Infante D. Henrique;-----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A conclusão dos 4 fogos para a GNR, no âmbito do acordo que a Câmara estabeleceu para a cedência da Fortaleza de Santiago;-----

----- E algumas correções na Escola Básica de Sampaio, nomeadamente no Refeitório, que estava em condições de poder funcionar muito em breve.-----

-----Depois indicou a realização dos seguintes eventos:-----

----- A Feira-Festa da Quinta do Conde; a Feira do Livro; o Programa da Bandeira Azul; um conjunto de iniciativas na Fortaleza de Santiago; variadíssimas animações de rua, promovidas pelo comércio local; o Carnaval de Verão; a ZimbraMel; e uma animação muito particular no Auditório da Boa Água, na Quinta do Conde, com as chamadas “Hot Crazy Nights”.-----

-----Citou que ao nível dos recursos humanos, no relatório apresentado era perfeitamente visível a sua redução, consequência das imposições da política do governo da obrigação de redução de 2% no número de pessoas da Câmara, e que tinham conseguido atingir no mês de julho. Também era visível que a Câmara tem recorrido, se calhar mais do que era curial, aos contratos de emprego de inserção, como alternativa para responder às necessidades da Câmara. Mas que não era uma boa solução para as pessoas, que recebem uma remuneração miserável para complementar o fundo de desemprego.-----

-----Disse que queria dar conta de alguns dados relevantes em termos financeiros.-----

-----Ao nível das correntes estavam com uma situação melhor, relativamente à receita do ano anterior no mesmo período, na ordem dos 800 mil euros. A qual resultava essencialmente do aumento da receita do IMI e até da própria Derrama. Mas por seu lado a receita do IMT- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, teve um decréscimo semelhante áquilo que foi o crescimento do IMI.-----

-----Nas receitas de capital, embora o PAEL não se repetisse este ano e ainda bem, estavam com um nível de receitas semelhantes, com uma melhoria nas transferências de capital, que tinham a ver com a transferência de Fundos Comunitários, que estavam com um valor superior aquele que existia no mesmo período do ano passado.-----

-----Quanto a empréstimos, disse que estavam a utilizar menos dinheiro, sem contar com o PAEL, do que o que tinham utilizado nos anos anteriores.-----

-----O endividamento de curto prazo em outubro de 2013 era de 16,1 milhões de euros, e presentemente era de 8,9 milhões de euros, uma redução substancial. Havia um ligeiro agravamento do endividamento de médio e longo prazo, que passou de 20,5 milhões de euros para 22,1 milhões de euros.-----

-----A dívida global da Câmara, em 31 de agosto de 2014, rondava os 30,2 mil milhões de euros, e no final de 2013 ultrapassava os 34 milhões, uma recuperação bastante significativa. Outro dado importante era que o prazo de pagamento da Câmara tinha melhorado muito substancialmente, estavam com 106

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

dias de prazo de pagamento, quando já tinham tido 300 dias de prazo de pagamento. Portanto uma redução notável num período de pouco mais de um ano. -----

-----Por fim o Presidente da Câmara Municipal disse que ficava a aguardar pelas questões que os deputados quisessem colocar. -----

-----**A Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados. -----

-----**O Deputado Alain Monteiro** disse que se a Sr^a. Presidente da AM lhe permitisse, queria dar uma informação ao Deputado Manuel José Pereira, relativamente à questão da lavagem dos contentores, que tinha colocado na última reunião de julho. O número de contentores lavados, entre os meses de maio a agosto de 2013, foram 170 e no mesmo período em 2014, foram 1290. Isto demonstrava de facto o trabalho que tem sido feito pela Câmara, tendo em conta as dificuldades que todos conheciam. Quanto ao número de reclamações, por igual período, em 2013 foram 75 e em 2014 apenas 15. -----

-----Disse que queria dar os parabéns à Câmara Municipal de Sesimbra, pela notícia que tinha vindo veiculada no jornal “Correio da Manhã” de dia 25 de setembro. Que dava conta do relatório da qualidade de água para consumo, em que na grande Lisboa apenas Mafra e Sesimbra tiveram 100% e o que significava que no país inteiro apenas 30 municípios tinham atingido este valor. Isto também era demonstrativo de um serviço público de qualidade, sem tornar a água mais cara. -----

-----Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, qual era a previsão para se tentar até ao final do ano reduzir o endividamento, embora tivesse sido reduzido para 5 milhões de euros, o que já era fantástico.

-----**O Deputado Rui João** perguntou, tendo em conta todas as adversidades que se verificaram, qual tinha sido o impacto do início do ano letivo nos vários agrupamentos do concelho de Sesimbra.-----

-----Depois disse que há cerca de um mês tinha ficado ligeiramente surpreendido com uma notícia que tinha vindo no jornal “Diário de Notícias”, que colocava o concelho de Sesimbra como o terceiro concelho do Distrito de Setúbal com maior índice de criminalidade. Gostaria de saber se a Câmara Municipal de Sesimbra já tinha alguns dados das forças de segurança; que números é que deram origem àquela notícia; quais tinham sido os dados estatísticos estudados, porque tinha ficado preocupado, estarem à frente de concelhos urbanos era de facto estranho. -----

-----Quanto à atividade municipal, referiu que gostaria de saber do que se tratavam as duas reuniões do Vereador Américo Gegaloto e da Vereadora Cláudia Mata, com empresas do concelho. -----

-----A última questão prendia-se com a visita da Vereadora Cláudia Mata e a ACES ao edifício Aníbal Esmoriz, gostaria de saber em que situação se encontravam da eventual permuta das instalações para o Centro de Saúde. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** referiu que gostaria de colocar algumas questões ao executivo da Câmara Municipal. A primeira, a reunião realizada com o Sr. Ministro Poiares Maduro, agradava-lhes que a Câmara continuasse a insistir na requalificação do Cabo Espichel. Gostariam de saber qual a expectativa que resultou dessa reunião, tendo em conta o que tem sido o papel da Câmara na tentativa de negociar, nomeadamente a permuta de terrenos. -----

-----Em segundo lugar gostariam de saber se havia alguma perspetiva, na sequência daquilo que foram as propostas dos deputados municipais, nomeadamente uma proposta do MSU no sentido de se alterar o sentido de trânsito, para que quem vem da Fortaleza de Santiago poder virar à esquerda e passar em frente à Farmácia Leão, para sair da vila, e não terem que seguir em frente pela Av^a. 25 de abril e dar uma volta enorme. -----

-----A terceira questão tinha a ver com a Moagem de Sampaio. Tinham estado no fim-de-semana na iniciativa da Mostra da Maça Camoesa, uma iniciativa que consideravam fantástica e que se devia repetir por muitos e largos anos, e tinham reparado na dificuldade das pessoas a atravessar a estrada. Do Supermercado ALDI para a Moagem não há uma passagem de peões, gostariam de questionar a Câmara se havia alguma perspetiva de colocação de uma passagem de peões naquele sitio, que seria muito importante para as pessoas. -----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** disse que gostaria de saber sobre uma reunião que o Sr. Vereador Polido teve com a Associação de Socorros Mútuos, sobre a Capela. -----

-----Indicou que muitos dos serviços da Câmara não se identificam no Relatório da Atividade Municipal, podiam ver isso logo no início do relatório, e andavam ali às aranhas até perceber qual era serviço. Portanto era bom que todos pusessem a designação.-----

-----Quanto à lavagem dos contentores que o Deputado Alain tinha referido, tinha precisamente uma questão para colocar. Nos Serviços Urbanos e Ambiente havia uma informação, que provavelmente foi o que o induziu em erro e daí ter pedido a explicação, que a lavagem de contentores feita em regime de prestação de serviços, em 2013, só teria sido cumprida a 65%. E que o processo para 2014 estava em desenvolvimento, isto em 30 de junho. Portanto, era um pouco contraditório com a informação que o Deputado Alain tinha dado. Podiam até ter sido lavados os contentores que o deputado referiu, mas a verdade é que continuavam todos muito sujos, alguma coisa se passava. -----

-----Referiu que era importante a referência que os serviços de informática estavam a dar ao Plano Jovem. Assim como lhe parecia importante a questão do Top SIG, a toponímia estar a ser tratada no Sistema de Informação Geográfica, uma aplicação muito importante e útil para as pessoas. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Indicou, que há algum tempo atrás tinha colocado uma questão na Comissão de Líderes e que a bancada do Partido Socialista fazia questão de a voltar a trazer à Assembleia, que dizia respeito a um convite enviado pelo fotógrafo Carlos Sargedas à Sr^a. Presidente da AM para assistir ao documentário sobre o Cabo Espichel e que foi divulgado por todos os deputados. A sua bancada saudava vivamente a iniciativa, mas não podiam deixar de lamentar que, à exceção da Sr^a. Presidente, nenhum dos deputados fosse convidado. E não eram as explicações dadas posteriormente e, quanto a si, muito atabalhoadas, que justificavam. Ainda mais a culminar com a atribuição do Prémio Espichel há relativamente pouco tempo, que é o galardão máximo que a Assembleia atribuía em termos de impacto no concelho. Por isso não podiam deixar de estranhar que os membros da Assembleia Municipal não pudessem ter a honra de serem convidados para estas iniciativas. Era um lamento e um apelo que fazia, que os membros da assembleia que são o órgão legislativo do concelho deviam ter lugar em iniciativas desta natureza, tendo também em conta todo o empenhamento que a assembleia tem tido nesta matéria. Portanto saudavam a iniciativa, mas lamentavam a forma como se sentiam tratados. -----

-----Perguntou se havia alguma informação com mais substância sobre as notícias que circularam no concelho, sobre as Águas de Portugal e os preços dos tarifários no litoral e no interior e da passagem de uma quantidade de sistemas municipais para cinco sistemas. Uma ideia do Governo que, segundo eles, não avançava ainda para a privatização das Águas de Portugal, mas não se sabia ainda qual o futuro. E sobre o concelho de Sesimbra gostaria de saber, se é que já existia, qual era ideia da Câmara. -----

-----Indicou que no Boletim Municipal referia, em relação à ZimbraMel, que tinham sido centenas de visitantes, mas cria que tivessem sido milhares de visitantes como acontece todos os anos. Portanto um lapso que devia ser reparado. -----

-----Também tinha vindo no Boletim Municipal, a informação sobre a presença de pessoas no protesto organizado pela Ordem dos Advogados, na Assembleia da República, onde julgava ter sido notória a sua presença, não só como deputado da Assembleia Municipal, onde o Partido Socialista se tem batido sobre as questões ligadas à reforma do Mapa Judiciário e dos Tribunais. Mas tinham referido a presença dos vereadores, dos membros das juntas de freguesia, e relativamente à Assembleia Municipal referir apenas a presença da Sr^a. Presidente parecia-lhe ser redutor. -----

-----Disse que gostaria de falar de uma iniciativa, e perdoassem-lhe fazê-lo na Assembleia, que tinha a ver com o facto de terem ocorrido as primeiras eleições primárias do Partido Socialista em Sesimbra, e na qual tiveram o apoio das entidades a quem solicitaram algum equipamento. E gostariam de perguntar à Sr^a. Presidente da Assembleia, se já havia alguma informação sobre o célebre estudo da abstenção, que a assembleia encomendou à Área Metropolitana de Lisboa, estando o Sr. Demétrio Alves já em funções, se



Assembleia Municipal de Sesimbra

havia alguma reação por parte deste órgão. Tinha feito mais o Partido Socialista num curto espaço de tempo pela participação e pela cidadania, porque de facto tinham sido umas eleições participadíssimas, nomeadamente por simpatizantes que se inscreveram, com uma taxa de abstenção mínima. Não entendiam o comentário feito pelo secretário-geral do Partido Comunista, chamando de uma farsa, em termos democráticos não era entendível esse termo. E que em Sesimbra, pelo menos, o Partido Comunista demonstrou uma curiosidade muito viva relativamente à iniciativa, talvez por ser na mesma rua da sede do PCP, mas era de facto uma curiosidade de registar. -----

-----Depois questionou, qual era o ponto de situação sobre o inventário, relativamente à piscina, que tinha ficado de ser feito pela direção do Grupo Desportivo de Sesimbra.-----

-----Informou que ao passar junto à ponte da Aiana tinha-se dado conta de um mau cheiro persistente, julgava que havia naquele lugar uma estação elevatória, gostaria de saber se a Câmara Municipal tinha alguma nota sobre isso.-----

-----Comunicou que lhe tinham pedido para fazer referência sobre o estacionamento de um amontoado de motos, aos fins de semana, em frente ao Monumento dos Pescadores, retirando toda a visibilidade do monumento. Pensava que se devia ver a possibilidade de isso ser evitado.-----

-----Referiu que há cerca de 1 ano o Sr. Presidente tinha-lhes dito, que iriam fazer uma espécie de ninho de empresas na Escola velha de Santana. Gostaria de saber qual era o ponto de situação da utilização desta escola.-----

-----**O Deputado José Guerra** disse que não conhecia como eram organizadas as Festas Populares no concelho de Sesimbra, mas devido a comentários que ouviu e a perguntas que lhe foram feitas sobre a Festa da Luz, tinha algumas questões a colocar. Segundo lhe tinham dito, este ano a poucos dias da Festa da Luz, não havia a certeza se esta se ia realizar, no entanto acabou por se realizar.-----

-----O que gostavam de saber era: quem organizou a Festa da Luz este ano; porque é que não houve o peditério que se faz de porta a porta todos os anos; se isso teve a ver com comparticipação financeira dos órgãos autárquicos do concelho? Qual o valor da comparticipação; a quem foram entregues as contas de 2013; E as contas de 2014 se já tinham sido entregues e a quem.-----

-----Mencionou, que o Senhor que vende farturas na Festa da Luz, há 35 anos, que tem a casa das farturas e churros na Rua da Fortaleza, este ano quando chegou ao local da festa não o deixaram montar o pavilhão. E isso também aconteceu com o Sr. Barateiro, que tem um Bar na Doca de Sesimbra. Gostava de saber se isso teve a ver diretamente com a pessoa que foi escolhida para organizar a festa, ou se teve a ver com a ligação a uma Igreja local.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Gostava de saber, porque também lhe tinham feito essa pergunta, porque é que edifícios como a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, etc., não tinham Internet livre para os turistas e para os munícipes, onde na maioria dos concelhos isso já existia. Isso era importante para juntar os jovens, quer na rua, quer em espaços abertos, e servia para diminuir o sedentarismo que se está a desenvolver de forma assustadora. -----

-----**A Deputada Ana Cruz Narciso, presidente da junta de freguesia de Santiago**, disse que tinha regularmente reuniões com o Movimento Associativo. E dado que tinha havido uma grande cobertura por parte da Rede Globo Internacional ao Carnaval de Sesimbra, o carnaval de verão 2014, com entrevistas a intervenientes e com uma grande abertura da Vila de Sesimbra, quer ao nível turístico, quer ao nível da animação cultural. Gostaria de saber qual o custo que teve para a Câmara Municipal de Sesimbra essa divulgação a nível internacional através da rede Globo. -----

-----O **Deputado Tiago Aragão** saudou a Câmara Municipal pela realização de algumas iniciativas que, embora passem despercebidas, são importantes para os munícipes. A realização do V Espaço de Emprego e Formação, no sentido de se fazer a ligação entre os empregadores e as pessoas desempregadas, bem como os estudantes e as opções de formação. As iniciativas desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio ao Empresário, em parceria com várias entidades de empresários do concelho, no sentido de se poder dinamizar a economia. O projeto dos vales de alimentos fornecidos a 335 famílias, um número relevante tendo em conta os escassos recursos da autarquia e não sendo uma área da sua competência. E o desenvolvimento dos projetos do Espaço Solidário, reaberto agora na Almoinha, que apoiou mais de 2000 mil pessoas. Portanto era iniciativa da Câmara, o apoio ao empreendedorismo, o apoio aos desempregados, e o apoio àqueles que mesmo assim não conseguem ter o mínimo para poder subsistir, daí a sua Saudação. -----

-----Citou a abertura da Lagoa de Albufeira, que no ano em curso teve que ser reaberta com custos elevados para o Município, uma responsabilidade que não era da Câmara Municipal mas que esta estava a assumir. E tinha-se falado na altura da sua reabertura, que se estava a projetar obras de fundo de forma a não se estar a reabrir todos os anos. Gostaria de saber em que ponto estava essa situação. -----

-----Gostava também de saber, se a Câmara Municipal tinha números em relação ao aumento de turismo em Sesimbra neste último verão. Tinha sido feito um investimento muito grande, na marginal de Sesimbra, a nível de museus, na divulgação das atividades, e na própria Campanha “Sesimbra é Peixe”, gostaria de saber se existe indicadores que demonstrem que está a resultar. -----

-----Disse que o relatório mencionava a entrega de calçado de segurança e proteção aos trabalhadores operacionais, recordava-se que quando tinham feito a visita aos serviços da Câmara uma



Assembleia Municipal de Sesimbra

das queixas dos trabalhadores era a falta de botas e de calças, muitos deles a terem que comprar botas com o seu próprio dinheiro porque de tão danificadas não conseguiam usá-las. Presentemente tinha falado com alguns trabalhadores, que lhe tinham dito que as botas que lhes entregaram eram desapropriadas para as suas atividades. Gostaria de saber se já tinham sido tomadas medidas no sentido da substituição, ou na atribuição, de botas mais adequadas ao trabalho. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que queria fazer um alerta relativamente à atividade municipal, porque esta dizia respeito ao 2º. Trimestre de 2014, e depois incluía iniciativas de julho e de agosto. ----

-----Depois disse que gostariam de saber no que consistiu o atendimento por parte da Srª. Vereadora Felícia, relativamente a um projeto e a um pedido de apoio da Igreja Evangélica. -----

-----Gostariam também de saber do que se tratou a reunião com o Sr. Vereador Sérgio Marcelino, mencionada no relatório “Apresentação de Estudo, Vereadores de Mobilidade TTT”. -----

-----Relativamente ao Departamento de Obras, citou que havia umas obras que tinham sido anuladas, nomeadamente, o repavimento da Avª. de Negreiros, e a construção de um passeio pedonal em torno do Edifício da Moagem, gostariam de saber a razão da anulação.-----

-----Disse que se congratulava com a redução da dívida, significava que a Câmara estava a fazer uma contenção da despesa, estava a fazer um controlo de custos. Esperavam que com este andamento chegassem ao final deste mandato com obras feitas e realizadas, que tanto ansiava o concelho. -----

-----Congratulava-se também, contrariamente às notícias que circularam pelo concelho, de efetivamente a Câmara estar a pagar com o prazo de 106 dias. Só era pena que alguns Vereadores da Câmara, para dar resposta aos Deputados Municipais, levassem 156 dias. Depois mencionou 4 documentos que aguardavam resposta. -----

-----Por fim perguntou, uma vez que tinha passado um mês da abertura da piscina e da sala de desporto, se a Câmara Municipal conseguia ter alguma imagem para dar resposta à recomendação que a Assembleia Municipal enviou para a Câmara, e onde focava 15 aspetos.-----

-----**O Deputado Alain Monteiro** perguntou se o Sr. Presidente da Câmara tinham alguma informação sobre como estava a decorrer o início do ano letivo em Sesimbra, e também o arranque do ano judicial, tendo em conta as notícias que se ouviam pouco abonatórias. -----

-----Disse ao deputado do Partido Socialista, já que tinha trazido ali a questão das primárias, que isso não lhe tinha chamado muito a atenção, mas queria dar-lhe os parabéns, porque em Braga tinham alargado o eleitorado. -----

-----Terminadas as intervenções, **a Presidente da AM** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecer as questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente da Câmara** começou por dizer que era, naturalmente, importante que Sesimbra integre um grupo tão reduzido de municípios que cumprem os critérios da qualidade da água a 100%. Na Área Metropolitana de Lisboa só Sesimbra e Mafra, em comparação até com municípios com sistemas municipalizados, ou entregues a gestão de empresas. Só lamentavam que a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, no seu relatório, tivesse citado que a gestão do sistema estava a cargo das Águas do Sado. Mas iam enviar uma carta para a ERSAR corrigir esse lapso ridículo. -----

-----Em relação à previsão para a redução do endividamento disse que presentemente era difícil. O objetivo inicial da Câmara Municipal era que no final do ano a dívida de curto prazo estivesse abaixo dos 9 milhões de euros e já estavam dentro desse registo. Naturalmente que pensavam que poderia ser melhorado, porque no final do ano iriam reembolsar o empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros. Se chegassem ao final do ano com o resultado equivalente ao que tinham presentemente, já era um resultado bastante positivo, mas não podia prometer porque não sabia qual seria a dinâmica das receitas até ao final do ano. -----

-----Indicou, quanto à questão do índice de criminalidade, que também tinham lido a notícia na Comunicação Social, mas não tinham informação a que períodos de tempo os índices correspondiam. Se tivessem a avaliação só de 1 mês isso não tinha significado nenhum, porque se um concelho tiver 2 crimes e outro concelho tiver 1, tem o dobro dos crimes, e tem um número de crimes per cápita muito superior ao outro. E não queria dizer que num horizonte mais largo não fossem esses os únicos 2 crimes do ano, e que no resto do ano não houvesse nenhum. De qualquer forma o Vereador Francisco Luís já tinha pedido para ser convocada uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, onde um dos pontos em análise era essa notícia. Mas sempre foi dito pelos anteriores Conselhos Municipais de Segurança, que o concelho de Sesimbra era o concelho do Distrito de Setúbal com menos índice de criminalidade. Por isso custava-lhe a crer que de um momento para o outro tivesse disparado para o 3º lugar. -----

-----Quanto à reunião com o Sr. Ministro Poiares Maduro, disse que de facto o objetivo central tinha sido o Cabo Espichel. E nessa reunião teve a oportunidade de relatar ao Sr. Ministro o conjunto de esforços que tinham sido desenvolvidos, no sentido de conseguir desbloquear o processo de requalificação do Santuário do Cabo Espichel. E tinha entregado ao Sr. Ministro uma cópia do *dossier*, que tinham enviado à Direção Geral do Tesouro das Finanças, com a proposta de permuta dos terrenos. E tinha percebido pelas reações do Sr. Ministro, que ele estava sensibilizado para a questão do Cabo Espichel, que conhecia bem, que achava que era um *dossier* que devia ser agarrado, comprometendo-se a título pessoal falar com a Direção Geral do Tesouro das Finanças, no sentido de darem uma resposta mais célere às pretensões da Câmara Municipal de Sesimbra. Mas até ao momento ainda não tinham tido

Ata nº15 – Mandato 2013-2017





Assembleia Municipal de Sesimbra

nenhuma resposta da Direção Geral do Tesouro das Finanças. Depois da reunião com o Sr. Ministro, tinha enviado uma carta ao Sr. Diretor Geral a insistir numa reunião para setembro, mas já estavam em outubro, telefonavam quase todos os dias a insistir na reunião, e ainda não tinham tido a confirmação. - ---

-----Sobre a questão do trânsito da Rua da Fortaleza, disse que estava a ser tratado pelo pelouro do trânsito. De qualquer forma queria chamar a atenção, que a proposta de inverter o sentido do trânsito da Av^a. da Liberdade, entre a marginal e o jardim, apesar da abertura da Rua Aníbal Esmoriz, só tinha interesse para as pessoas que tivessem o carro estacionado na Rua Cândido dos Reis, da Farmácia Lopes para baixo. Porque toda a gente que descia a Rua Cândido dos Reis, se quisesse sair da Vila, pode descia pela Rua Rainha D. Leonor, passar junto ao jardim e inverter para cima. Porque o trânsito que vem do lado poente da Vila, como a marginal tem sentido nascente/poente, pode vir pela Rua Joaquim Marques Pólvora, chega à Rua Cândido dos Reis e desce a Rua D. Rainha Leonor. A vantagem de ter este sentido de trânsito permitia, sempre que necessitassem de fechar o trânsito na Rua da Fortaleza, que no fizessem sem grandes perturbações. -----

-----Em relação à questão da AdP- Águas de Portugal, disse que aquilo que conhecia era o que estava na Internet e aquilo que a Comunicação Social foi divulgando. E não era uma questão nova, já se falava há algum tempo da intenção do Governo de criar os cinco sistemas, que, aliás, no caso de Sesimbra tem impacto apenas na sua área de tratamento de esgotos. Era uma questão com o qual discordavam e se tinham manifestado, quer Sesimbra, quer o conjunto de municípios da Península de Setúbal, no âmbito da Simarsul, de assumir a discordância em relação à integração da Simarsul neste sistema. Um sistema, no caso do Município de Sesimbra ficar integrado, que vem da Guarda até Lisboa, que tem quase 70 municípios, uma coisa completamente ingerível. A ideia de que iam ter uns gestores milagrosos que iam gerir os sistemas todos, para poupar umas “massas” nos salários dos gestores, era uma coisa ridícula, porque estavam a falar de coisa de grande responsabilidade. -----

-----Quanto à água em concreto, disse que aquilo que o Sr. Ministro anunciou foi reduzir o preço da água substancialmente no interior do país, e, provocando com isso um ligeiro aumento no litoral. Mas o que o Sr. Ministro falou foi do custo da água em alta. Ou seja, da água que os sistemas vendem aos municípios, porque quem faz a distribuição em baixa, com exceção de alguns casos, no geral a maior parte dos sistemas são geridos pelas Câmaras, e quem vai fixar o preço da água em baixa são as Câmara Municipais. No caso de Sesimbra como o sistema em alta também é da Câmara, isso não tinha efeitos práticos nenhuns, porque quem fixa os preços é a Câmara Municipal. Portanto não tinha efeitos práticos diretos sobre nenhum dos sistemas da Península de Setúbal, porque todos eles eram captados no aquífero e não recebem água dos sistemas intermunicipais, ou multimunicipais da AdP. Agora,

Ata nº15 – Mandato 2013-2017





Assembleia Municipal de Sesimbra

naturalmente que iria ter impacto no que diz respeito ao sistema de saneamento, em que também se anunciava uma redução dos custos, e que iria prejudicar os cidadãos do litoral em relação aos do interior. E portanto os munícipes do litoral iriam ter um conjunto enorme de desvantagens em comparação com outras áreas do país. -----

-----Relativamente ao inventário da piscina disse que, depois de muita insistência da Câmara, tinham sido entregues há dias já depois da piscina ter entrado em funcionamento, no dia 15 de setembro. Portanto, e respondendo à questão do Deputado Lobo da Silva, era absolutamente prematuro tirar já as conclusões em relação ao conjunto das recomendações. Mas naturalmente que iriam ser analisadas. ---

-----Em relação à estação elevatória da Aiana, indicou que era uma situação que estava identificada, uma estação elevatória da Simarsul que tem problemas crónicos e que esperavam com o aumento do caudal pudesse melhorar a situação. O problema era essencialmente falta de caudal e que naquela situação origina o mau cheiro. Pensavam que com a entrada em funcionamento de um número progressivo de ligações ao sistema e até, a curto prazo, com a desativação de um sistema de bombagem no Zambujal, que bombeia os esgotos, para a ETAR de Sesimbra, e que vão passar a ir por gravidade para o lado da Aiana, para a ETAR do Meco, tudo isso poderá contribuir para a melhoria dessa situação. -----

-----Relativamente à reunião com a Associação de Socorros Mútuos, indicou que teve a ver com as instalações da Capela do Espírito Santo e com uma proposta que consideravam pouco razoável, de aumento da renda para valores exorbitantes, e que a Câmara não aceitava e tinha recusado. A Câmara Municipal fez uma contraproposta do valor da renda que eles não aceitaram. Depois foi-lhes enviada uma carta, elaborada pelo Gabinete Jurídico da Câmara, a dizer que a Associação não tinha gasto um euro naquela obra e que não podiam vir agora exigir uma atualização da renda como se fossem eles que fizeram as obras. Uma atualização da renda para mil euros, quando todo o investimento foi feito pela Câmara, com apoio ainda da Administração Central. -----

-----Quanto ao ninho de empresas na Escola de Santana, disse que era um projeto para avançar. Tinham já o levantamento dos trabalhos a fazer, ia ser inserido no Plano de Atividades de 2015, porque ainda havia uns milhares de euros para gastar na adaptação do espaço, e esperavam que isso pudesse ser elegível no quadro comunitário. -----

-----Relativamente às questões sobre a Festa da Luz e as contas esclareceu, que a Câmara Municipal não tinha qualquer responsabilidade a esse nível, era absolutamente incapaz de responder se as contas já tinham sido entregues e a quem. Porque a Câmara não tinha capacidade legal para controlar aquilo que é o movimento associativo. Aquilo que sabiam era que este ano tinha havido dificuldade em encontrar um novo juiz, ou uma nova Comissão de Festas. O processo arrastou-se durante largos meses e pouco tempo

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

antes da festa um grupo de jovens tinha resolvido deitar a mão ao processo e organizar a festa. Portanto, quanto às situações referidas pelo Deputado do BE, competia a esses jovens decidir, com alguma inexperiência, quem vendia antes e presentemente não podia vender. Aliás, podia resultar da inexperiência, como podia resultar de opções próprias legítimas, decidir quem fica e quem não fica, quem paga e quem não paga, tendo ainda em conta que a Festa é feita num terreno privado. Portanto era um problema entre a Comissão organizadora e o proprietário do terreno. A Câmara Municipal dava um subsídio anual de cerca de 500 euros, e este ano tinha dado mais uma vez, e o apoio logístico da montagem das infraestruturas elétricas para o arraial da festa e do palco. -----

-----Quanto à questão da internet livre, *wireless*, citou que já tinham na Biblioteca Municipal e na marginal na zona nascente da vila. E tinham intenção de a alargar brevemente à zona poente. Portanto isso fazia que haja cobertura onde há mais concentração de pessoas na Vila de Sesimbra. -----

-----Relativamente à cobertura da Rede Globo ao Carnaval de Verão, indicou que essa cobertura tinha resultado essencialmente das diligências do movimento associativo ligado às Escolas de Samba de Sesimbra, e não tinha tido qualquer custo para a Câmara. E era de saudar que tivesse havido uma rede de televisão da Globo a dar enfoque ao Carnaval de Verão de Sesimbra e ao papel que Sesimbra tinha na promoção do Carnaval, modelo brasileiro, que se fazia em Portugal. -----

-----Em relação à abertura da Lagoa de Albufeira citou que este ano houve 3 aberturas. A abertura normal e depois 2 reaberturas dado o assoreamento que a Lagoa observa. Nos contactos com a APA – Associação Portuguesa de Ambiente e com o Sr. Presidente da APA ficou a promessa, já que este ano não era possível, que no próximo orçamento e nomeadamente no próximo quadro comunitário de apoio de serem encontradas verbas para fazer uma intervenção de fundo no assoreamento da Lagoa de Albufeira. Mas essa intervenção de fundo não ia aliviar a abertura anual da Lagoa, o que podia aliviar era as reaberturas. Porque pela lei da natureza, todos os anos a Lagoa tem tendência a fechar. Se tivesse mais assoreada era provável que não fechasse. Portanto iriam ver se esses compromissos teriam tradução prática, mas esperavam que sim, até porque o Sr. Presidente da APA é um Sesimbrense. -----

-----Depois indicou, quanto ao aumento do turismo, que ainda não tinham dados, mas já tinham o número de turistas que acederam aos postos de Turismo do Município, nomeadamente ao posto de turismo da Fortaleza, que triplicou o número em relação ao mesmo período de 2013. Agora, podia ter a ver com o aumento de turistas, ou com a melhor localização do próprio Posto de Turismo, que está dentro da Fortaleza. Mas a olho nu qualquer pessoa podia ver que houve um maior número de turistas em Sesimbra. A informação que tinham dos Hotéis e das Unidades de Alojamento Local era que a ocupação tinha sido muito alta. O verão de 2014 foi indiscutivelmente um verão com elevada presença

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de turistas, essencialmente turistas estrangeiros, na vila de Sesimbra. E a intervenções de requalificação que a Câmara Municipal tinha levado a cabo, também tinha tido impacto. -----

-----Em relação ao calçado adequado para os trabalhadores, disse que sinceramente não sabia se já tinham sido entregues. -----

-----Relativamente ao arranque do ano judicial, citou que Sesimbra não tinha sido exceção áquilo que foi o resto do país. E sobre os impactos que eram esperados no Tribunal de Sesimbra, eles eram conhecidos, cria até que num *site* da Ordem dos Advogados, Sesimbra era dada como um exemplo paradigmático dos aspetos mais negativos da atual reforma do processo judicial. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Câmara** solicitou aos Vereadores/as que esclarecessem as questões que lhes diziam respeito. -----

-----**A Vereadora Cláudia Mata** indicou que as reuniões mencionadas na sua atividade municipal tinham sido: -----

----- - Com a Clínica da Menopausa, que veio fazer uma sessão de esclarecimento no âmbito do coração e a menopausa, que remeteu à Câmara Municipal um protocolo, à semelhança da Flete e de outras Instituições. E que tinha posteriormente remetido aos Serviços Sociais, uma vez que a Câmara não pode fazer protocolos com empresas privadas; -----

----- - Com a Saudemar, que tinha recentemente estabelecido um protocolo com os Serviços Sociais, para consultas a um preço mais vantajoso para os seus sócios; -----

----- - Com uma Clínica Dentária da Quinta do Conde; -----

----- - Com o Centro de Radiologia de Sesimbra, que pediu à Câmara que reforçasse o pedido à ADSE, que já tinha sido feito há uns anos atrás, para integrar a rede de convencionados, uma vez que em Sesimbra não havia acordo com a ADSE para fazer exames de radiologia. Portanto tinham reforçado esse pedido, mas ainda não tinham obtido resposta; -----

----- - Com as Farmácias do Concelho, uma vez que havia problemas com a questão dos turnos e dos horários; -----

-----E com a APSI- Associação Portuguesa de Segurança Infantil, no âmbito de uma sessão de esclarecimento, cujos destinatários eram pais com crianças até aos 2 anos de idade. -----

-----Relativamente ao Edifício Aníbal Esmoriz informou que tinha havido uma reunião no próprio edifício, onde tinha estado, ela própria, o Arquiteto Armindo Pombo, um representante do ACES Arrábida, e dois Engenheiros da ARSLVT- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Essa reunião teve a ver com a intenção de permuta deste edifício pelo antigo edifício do Dispensário, e eles precisavam de visitar o edifício para saberem se o mesmo oferecia as condições necessárias para a

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

transferência do Centro de Saúde. Naquele momento a ARSLVT estava a elaborar um relatório, já se tinha certificado com o novo Diretor do ACES Arrábida, o Dr. Pedro Lopes, se estava a par da situação, ele tinha-lhe dito que sim, agora estavam a aguardar a resposta. -----

-----Por fim, a Vereadora comprometeu-se que no futuro seria mais específica na sua atividade, para não serem levantadas dúvidas. -----

-----**O Vereador Américo Gegaloto** esclareceu que as reuniões tinham sido com duas empresas do concelho de Sesimbra, a Artesanal Pesca e a Centro e Sul. Que teve como objetivo perceber as condições de trabalho, mas também das perspetivas de poder haver uma interação, em termos de um conjunto de iniciativas para valorizar não só a pesca e quem está a montante, mas também quem está a jusante. Basicamente tinham sido reuniões de trabalho para perceberem as ideias que as pessoas tinham, porque efetivamente as tinham, no sentido de valorizar a pesca e os seus operadores, interagindo com outras atividades económicas do concelho de Sesimbra. -----

-----A **Vereadora Felícia Costa** informou que em relação ao início do ano letivo, obviamente que todos sabiam através da comunicação social o que se estava a passar a nível nacional, e Sesimbra não era exceção. E aquilo que sabia pelos Diretores dos Agrupamentos, ao nível do pessoal docente, era que havia ainda falta de professores, com a agravante de terem sido informados pela DGESTE-Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, que os Professores que já estavam colocados na 2ª fase iam deixar de ser colocados porque o concurso ia ser anulado, e iriam fazer nova colocação de professores. Esta situação para além dos atrasos, porque o ano letivo tinha começado há 3 semanas, ainda prejudicava os alunos que iam para a escola e como não tinham aulas ficavam sem ocupação. -----

-----Quanto ao pessoal auxiliar, informou que era quase estrutural a ausência de número insuficiente de pessoal auxiliar nas escolas e o que isso acarretava para o insucesso escolar e para a insegurança dos alunos, num ano em que não havia Professores ainda estavam numa situação mais grave que nos anos anteriores. Até porque das poucas pessoas que eram dos quadros de escola algumas tinham-se aposentado, e alguns agrupamentos estavam a funcionar apenas com os contratos de emprego e inserção que obviamente era uma solução nada satisfatória, porque muitas dessas pessoas estavam por 3, 4, meses. Ou seja, quando começam a estar familiarizadas com o trabalho e com os alunos, quando começavam a ter a formação devida para poderem integrar o trabalho na escola, acabava-se o subsídio de desemprego e tinham que ser substituídas e vinham outras, que por vezes demoravam a vir. Portanto diria que a situação nas escolas do concelho de Sesimbra era bastante grave e, obviamente iria ter reflexos negativos nos alunos, porque o ano letivo tinha começado quase a 1 mês e havia alunos que não tinham tido uma única aula. Já tinham tentado junto da DGESTE saber o que se passava, mas não tinham

Ata nº15 – Mandato 2013-2017





Assembleia Municipal de Sesimbra

obtido resposta. Portanto, não se vislumbrava quando é que o corpo docente estava consolidado e o corpo não docente nem sequer havia esperança que estivesse consolidado este ano letivo. -----

-----Citou que naquilo que dizia respeito à Câmara, este ano e pela 1ª vez, tinham sido confrontados com a colocação de pessoal não docente nas salas dos Jardim- de-infância, por via do impedimento que as autarquias têm ao nível da contratação de pessoal, porque a educação está excecionada para o cômputo de pessoal da autarquia, mas não está excecionada no que diz respeito à contratação. Ou seja, a Câmara só podia avançar com o concurso quando os 2% de diminuição de pessoal estivesse cumprido, como isso foi cumprido quase no final do ano não houve tempo de lançar o concurso. Chega-se a janeiro, o Orçamento de Estado prevê novamente a redução dos 2% e volta-se à mesma situação. Portanto estavam a abrir o ano letivo com menos 14 pessoas, que era significativo, que não punha em risco a componente letiva porque tinham assegurado que as 60 pessoas da Câmara, que estão nas escolas, estivessem sobretudo afetas à parte letiva no período até às 15H30. Mas tinham que arranjar uma solução para dar resposta às famílias que precisam que os filhos fiquem na escola depois das 15H30. E a solução que tinham arranjado tinha sido falar com as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, para tentarem perceber quem tinha pessoal a mais, por via da redução de alunos nos jardim-de-infância, e se as podiam disponibilizar através de um protocolo com a Câmara. Ou seja, as IPSS colocavam o pessoal excedente nas salas dos jardins-de-infância públicos e a Câmara participava os vencimentos dessas pessoas. Portanto iam fazer isso com a Casa do Povo, que tem 2 pessoas a mais. E iam fazer um protocolo com o Centro Comunitário, no sentido de ser o Centro Comunitário à avançar com a contratação dessas pessoas, e a Câmara transferir mensalmente a verba correspondente aos salários. --

-----Relembrou, que os salários do pessoal não docente, quer os da Casa do Povo, quer os do Centro Comunitário, eram participados por duas vias, pelo Ministério da Educação, que paga para a CAF uma verba de 15€ por cada aluno, e através da participação dos pais definida de acordo com o rendimento do agregado familiar. Portanto seria com a verba que viria do Ministério da Educação, bem como a verba que os pais pagariam, que a Câmara Municipal assumiria depois um encargo a estabelecer, quer com a Casa do Povo, quer com o Centro Comunitário. Portanto era uma solução que resolveria, no presente ano letivo, a Componente de Apoio à Família. E esperavam que no próximo ano letivo a Câmara pudesse abrir concurso e tinham dado ao nível dos Jardim-de infância e da Escola Pública.-----

-----Relativamente à reunião com a Igreja Evangélica, disse que estava ali entre eles o representante máximo desta Igreja, o deputado Tiago Aragão, e tinha sido com ele, e não só, que tinha tido a reunião, e que tinham vindo transmitir a preocupação da Igreja Evangélica em relação às carências que as famílias portuguesas estão a atravessar. E era intenção da Igreja Evangélica poder instituir-se como IPSS, havia um

Ata nº15 – Mandato 2013-2017





Assembleia Municipal de Sesimbra

com junto de diligências apoiar em termos jurídicos e em termos da formação dos processos para poderem avançar, bem como a possibilidade da Câmara ceder um terreno, ou instalações, para a sede dessa futura IPSS. Da parte da Câmara tinha-lhes sido dito que eventualmente poderiam ver a situação do terreno, de acordo com a carteira de terrenos que a Câmara tem. Portanto era uma matéria que estava em aberto e que estavam a estudar da parte da Igreja Evangélica. Da parte da Câmara Municipal estavam à espera que a Igreja reunisse as condições para poderem avançar e aí estariam, como sempre, na retaguarda para dar o apoio necessário. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que informou, que a lavagem dos contentores tinha quadruplicado, não só pela empresa que a Câmara contratou, mas também porque os serviços da Câmara tinham lavado, entre as 5H00 da manhã e o meio-dia, os contentores semienterrados e os enterrados, 2 a 3 vezes por semana. Para além disso, eram lavados entre as 21H00 e as 4H00 da madrugada todos os contentores, quer da freguesia do Castelo, quer da freguesia da Quinta do Conde. As ruas da Vila de Sesimbra, que são as ruas com mais concentração de turistas, foram lavadas quinta, sexta, sábado e domingo, incluindo as rampas de acesso às praias. -----

-----Referiu que não sabia se os deputados tinham a noção, mas no verão do ano em curso, a autarquia de Sesimbra, com o reforço dos contentores, teve 2110 contentores espalhados pelo concelho e mais 96 contentores enterrados, os chamados molokes. E para além disso, 144 ecopontos e 10 oleões, distribuídos pelo concelho. E em 2015 iriam ser reforçados. -----

-----Depois disse que queria agradecer e registar, o apoio que os Bombeiros Voluntários tinham dado, às segundas e sextas-feiras, entre as 5H00 e as 8H00 da manhã, na lavagem da marginal de Sesimbra. ---

-----Disse ainda, que a Câmara tinha adquirido uma máquina, que não podiam utilizar tanto quanto desejariam porque fazia muito barulho, que utilizavam para a lavagem da marginal nascente, para a lavagem do caracol que está junto ao silo automóvel do Mar da Califórnia e para a lavagem do Mercado Municipal. Disse que não sabia se os deputados tinham noção, que a autarquia de Sesimbra no verão, com o reforço dos contentores, teve 2110 contentores espalhados pelo concelho e mais 96 contentores enterrados, os chamados molokes. E para além disso, 144 ecopontos e 10 oleóis, distribuídos pelo concelho, que em 2015 seriam reforçados. -----

-----Terminados os esclarecimentos da Câmara Municipal, a **Presidente da AM** informou que tinha pedido a palavra a Deputada Paula Gato, cedendo-lhe a palavra.-----

-----**A Deputada Paula Gato** disse que apenas queria comentar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito, de se estar a prejudicar o litoral com a desculpa de se colocar as coisas mais baratas no interior, quando afinal o litoral também tinha tantas desvantagens. Não querendo defender a honra de



Assembleia Municipal de Sesimbra

ninguém e muito menos as decisões do Governo, com as quais discordava profundamente, obviamente, mas a argumentação do Sr. Presidente da Câmara não lhe tinha parecido nada positiva, conhecia bem a parte interior do País, conhecia muito bem Trás-os-Montes, e podia dizer-lhe que era mil vezes melhor viver em Sesimbra. Uma pessoa em Trás-os-Montes, numa aldeia do concelho de Vinhais, para fazer um tratamento de quimioterapia desloca-se diariamente numa ambulância até ao Porto, não têm transportes, não têm apoios sociais, não têm IPSS, era uma autêntica cruz, no sentido pleno da palavra. Podiam dizer que o interior tem muitas coisas boas, tem de facto, mas nos últimos anos, também mercê do atual Governo, estavam a retirar cada vez mais direitos às populações do interior. -----

-----Quanto à intenção da Igreja Evangélica disse que queria lembrar um caso de triste memória de uma IPSS, que não sabia se tinha chegado a sê-lo, e que tinha sido altamente financiada pela boa vontade da Câmara Municipal de Sesimbra, que foi o Raio de Luz. E sabiam todos o que aconteceu. Portanto, aconselharia a Câmara a pensar quando decidir apoiar uma IPSS da Igreja Evangélica, quais são as condições que a Igreja tem efetivamente para criar uma IPSS. E se frente às IPSS que já existem no concelho e algumas delas com imensas dificuldades em subsistir, por exemplo a Casa do Povo, se valerá a pena estar a dispersar mais apoios em outras IPSS. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que não se tinha apercebido se o Sr. Presidente tinha respondido a questão da passagem de peões junto à Moagem de Sampaio. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse ao Deputado Miguel Ribeiro que de facto não tinha respondido. Mas aquilo que podia dizer era que a rotunda junto à moagem estava integrada à EN 379, razão pela qual a Estradas de Portugal (EP) levantam sempre dificuldades. Até a passagem que lá está de acesso à Moagem levantou uma série de resistência da parte da EP. De qualquer forma, a Câmara estava a diligenciar no sentido de pedir a integração da rede municipal da rotunda junto à Moagem de Sampaio. A rede municipal começa imediatamente a seguir à rotunda, até Santana, porque aquele troço foi desafetado e a rotunda curiosamente não foi, quando depois a via que vai para o lado da Cotovia já é municipal também. Aliás, a estrada que vai para a Cotovia foi promovida pela própria Câmara, no âmbito da construção do supermercado Pingo Doce e até a própria rotunda foi financiada pelo Pingo Doce, mas ficou ainda integrada nas Estradas de Portugal. -----

-----Relativamente à questão da Deputada Paula Gato, disse que não se tinha referido a situações limite como a que ela referiu de uma aldeia de Trás-os-Montes. Tinha-se referido a aglomerados urbanos no interior do país, onde há sedes de concelhos que têm o mesmo tipo de oferta, na maior parte das coisas, que tem a população das zonas urbanas de Sesimbra. E que são essas, muitas vezes, que têm acesso a água canalizada, com abastecimento de sistemas multimunicipais. Porque certamente essas

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

aldeias isoladas de Trás-os-Montes nem sequer têm abastecimento de água por sistemas multimunicipais da AdP – Águas de Portugal. E portanto nem sequer pagam a água pelos preços afixados pela AdP, nem tratamentos de águas residuais, logo, não são beneficiadas pelas atuais políticas. Aquilo a que se tinha referido era que um residente, por exemplo, da Guarda, se tem a água mais cara que um residente em Sesimbra, Setúbal, ou Barreiro, também têm acesso a um conjunto de outras coisas mais baratas. E portanto o único critério não podia ser só porque têm a água mais cara. E o critério que a Deputada referiu também existe dentro da área de Lisboa, também existem áreas isoladas com as mesmas dificuldades. -----

-----Terminadas as intervenções, **a Presidente da AM** passou à apreciação do ponto **7. Aquisição de Contratos de Seguro 2015- Ajuste Direto.** -----

-----Informou que a presente matéria tinha sido apreciada numa reunião da Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica, coordenada pelo Deputado Pedro Mesquita, e na qual tinha estado presente o Sr. Vereador José Polido. -----

-----Cedeu a palavra ao **Coordenador da Comissão, Deputado Pedro Mesquita** que informou, que na reunião subsistiram algumas dúvidas relativamente ao facto de a Câmara Municipal não proceder a uma possível consulta ao mercado. E ficou igualmente a dúvida em relação ao valor base negocial que poderá pressupor um aumento dos valores envolvidos na aquisição dos contratos. O Sr. Vereador Polido tinha feito a explicação, mas no final da reunião, por aquilo que lhe tinha parecido, subsistiam algumas dúvidas relativamente a essa matéria. -----

-----Depois **a Presidente da AM** perguntou se algum Deputado queria intervir. -----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** disse que julgava que as questões na reunião não foram suficientemente claras, da parte do Vereador, que, aliás, tendencialmente resguardou-se dizendo que estavam a por em causa a competência técnica. Ninguém tinha posto em causa a competência técnica de ninguém, a competência técnica dos técnicos da Câmara, naturalmente. A sensibilidade com que tinha ficado na reunião era que o Sr. Vereador tinha transformado em difícil uma explicação que seria fácil. De qualquer forma havia ali uma questão que achava que era preciso ponderar bem, ainda que havendo aumentos de cobertura em algumas áreas, como o caso da nova Escola Básica, da Fortaleza, etc., era possível que houvesse condições para que o valor da carteira de seguros diminuísse de um ano para o outro. Porque os preços de seguros estavam a flutuar bastante com a concorrência entre as empresas. Ainda que o ajuste direto fosse feito à mesma empresa que tinha presentemente a carteira, isso podia acontecer, a negociação podia levar a uma diminuição do valor. E isso não estava ainda fora de hipótese, ainda era possível obter uma diminuição do valor.-----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Portanto, o que julgavam que devia ser esclarecido era a razão pela qual a apólice, respeitante a Acidentes de Trabalho, tinha uma previsão de 135 mil euros, ou seja, um aumento de 11.673,68 euros, se existiam menos funcionários na CMS, um aumento que lhes custava a aceitar e que, no ponto de vista da sua bancada, o Sr. Vereador não tinham explicado convenientemente na reunião. Naturalmente que o PS concordava com o processo, achava bem que fosse feito, mas gostava de ver esclarecido, por um lado, e gostava de deixar ali uma nota para a ata, que tinham dúvidas de que a base de licitação tivesse sido com o valor referido, com um diferencial de valor tão elevado em relação ao ano anterior. -----

-----O **Deputado João Rodrigues** referiu que em relação à questão de forma de ajuste direto, já sabiam que tinha sido aprovado no mandato ano anterior, em que houve uma primeira separação de protocolo, e que já previa duas renovações automáticas através de ajuste direto. Isso não estava em causa, era legal, e não tinham quaisquer dúvidas. A questão que colocava, e que tinha colocado na Comissão, era que o ajuste direto não era impeditivo da CMS fazer uma consulta o mercado de modo a permitir uma melhor negociação podendo colocar um valor mais baixo como referência. Não concordava que a CMS tivesse optado por colocar um valor tão alto como base de negociação, na sua opinião devia ser inferior. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva** referiu que a bancada do PSD já tinha demonstrado na reunião da Comissão não concordar com a metodologia do presente concurso. No entanto queriam reforçar na presente assembleia, que aquela era uma matéria onde se podia reduzir custos, mesmo reconhecendo que a autarquia ia incluir outras coberturas. Havendo a possibilidade de propor com mais coberturas o mesmo valor, porque é que a Câmara vinha com o valor de 240 mil euros. E sabendo todos eles que era uma área onde se podia fazer alguma poupança. Isso não tinha ficado esclarecido na reunião por parte do Sr. Vereador, e daí a razão da bancada do PSD não estar de acordo com aquela proposta.-----

-----A **Presidente da AM** deu a palavra ao **Vereador José Polido** que começou por citar que a Câmara Municipal tinha lançado um concurso para a carteira de seguros em 2013. E esse concurso previa, no artigo 18º, a possibilidade de se proceder ao ajuste direto por mais 2 anos, se ao fim de um ano se tivesse verificado o cumprimento das obrigações contratuais por parte da seguradora. Pensava que isto tinha ficado claro para todos os deputados na reunião. -----

-----Relativamente ao valor também tinha explicado na reunião, que o valor referido era meramente indicativo e que nada daquilo servia para a adjudicação. Até tinha sido falado numa margem de segurança, no final, que a Câmara tinha, exatamente porque iam incorporar naquela carteira de seguros alguns equipamentos, nomeadamente, a Capela do Espírito Santo, os utentes da piscina, a Escola Básica de Sampaio, o Bairro Infante D. Henrique, etc.,. Pensava que isso também tinha ficado claro. -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Citou que, na sua opinião, o que tinha levantado uma grande preocupação, nomeadamente, do Deputado João Rodrigues e do Deputado Manuel José Pereira, foi a questão da Câmara ter na carteira de seguros de acidentes de trabalho 123,326 mil euros, que foi aquilo que tinha sido adjudicado. E recordava, que o concurso que foi lançado em 2013 foi pelo valor de 226 mil euros, e a empresa que ganhou foi por 210.572,43 euros. Naquele dia estavam a solicitar à Assembleia Municipal que autorizasse Câmara Municipal a negociar diretamente com a mesma companhia, só que tinham um valor de 240 mil euros. Parecia estranho mas era exatamente isso, e nem sequer havia necessidade de trazer à Assembleia se não tivesse havido um lapso por parte dos serviços de contabilidade da Câmara, para a elaboração do orçamento do ano em curso. E explicou porquê. Porque em 2013, exatamente na rubrica que estava a levantar alguns problemas, tinha sido aprovado 150 mil euros para as GOP de 2014 e de 2015. E a Câmara estava a propor ali para negociação 149 mil euros, mil euros a baixo, para estar de acordo com aquilo que tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal. O problema foi que naquela rubrica, no orçamento de 2014, por lapso, tinha sido retirada uma dotação de 50 mil euros, porque senão a Assembleia quando aprovou o plano plurianual já estava a autorizar a Câmara a fazer a presente contratação por ajuste direto. Portanto, essa rubrica era exatamente, os multiriscos, os equipamentos eletrónicos, da responsabilidade civil da autarquia, que em 2013, na página nº. 41, mencionava o valor de 50 mil euros e 50 mil euros para 2015. Em 2014, por lapso, esse valor desapareceu, nem sequer foi considerado, portanto a Assembleia Municipal já tinha autorizado a Câmara a contratar o seguro por aquele valor. ----

-----Acrescentou que para além disso, alguns deputados tinham ficado um bocado desconfortáveis com o valor de 135 mil euros, que os serviços colocaram por mera indicação. Mas logo na segunda-feira, a seguir à reunião da Comissão, tinha ido saber qual era a massa salarial que estava prevista para 2014. E tinha sido aprovado para 2013, 12.766,700€ milhões de euros, com o número total de 931 trabalhadores, o que aplicando uma taxa de 0,966%, dava a módica quantia de 123.326€. E para 2014, como todos sabiam, havia a projeção da redução de funcionários para 906 e a massa salarial também ia baixar para 12.745,371€. E estava previsto no caderno de encargos, na cláusula 3ª, “Obrigações do Segurador”, o seguinte: *no decurso da execução do contrato, o segurador por sua iniciativa não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, e outras condições acordadas com o município*”. Ou seja, a Câmara Municipal estava salvaguardada, a seguradora não podia aumentar as taxas que cobrou para as coberturas que tinham. E estava salvaguardada até numa questão que para si era fundamental, não ficarem amarrados 3 anos a uma entidade que não sabiam se iam ter bom, ou mau, relacionamento. ---

-----Quanto à questão que se fosse hoje tinham uma redução da carteira de seguros, disse que tinha algumas dúvidas e explicava porquê. Porque efetivamente onde a Câmara tinha o grande bolo da carteira

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de seguros, era exatamente nos acidentes de trabalho, e isso não era assim tão linear. Ou seja, esse valor dependia muito da sinistralidade que a carteira da massa salarial estava, ou não estava, afeta. E tinha conhecimento que uma autarquia na Península de Setúbal, em 2013, que foi a concurso público, teve um 6 relativamente a uma taxa de seguro, portanto quase o dobro do que a Câmara de Sesimbra conseguiu. E tinha dúvidas que se fossem a concurso público, este ano, conseguissem uma taxa inferior.-----

-----**O Deputado João Rodrigues** começou por dizer que o Sr. Vereador tinha dito que aquele documento tinha vindo à Assembleia por uma razão excecional. Mas ainda bem que tinha vindo, porque o sentido da sua intervenção era que um documento daquele cariz, dentro de uma organização como a Câmara Municipal de Sesimbra, ou mesmo que fosse outra organização, devia ter um nível de exigência, mesmo interno. E não estava a colocar de modo algum a capacidade dos quadros da Câmara, estava apenas a falar da gestão das coisas, mas o que lhe parecia era que quando internamente tinham um documento que definia o objetivo e dava uma margem daquelas, era exigir pouco, na sua opinião, devia se exigir mais. -----

-----**O Deputado Tiago Aragão** disse que já muito tinha sido dito e na Comissão tinham estado bastante tempo a analisar aqueles tópicos, onde o Sr. Vereador tinha tido a oportunidade de uma forma mais pormenorizada de se referir a todos eles, que, ao contrário do que ali tinha sido dito, tinha sido bastante claro em relação a grande parte das matérias. Em todo o caso gostaria de chamar a atenção, sobre um dos assuntos que não terá ficado assim tão claro e que tinha a ver com o facto de o concurso ter sido ganho em 2013 por 210 mil euros, e atualmente a margem de negociação estar estabelecida nos 249 mil euros. Ou seja, ainda tinham ali uma diferença de 39 mil euros, sensivelmente, em margem de negociação. Tinha sido explicado que visto que iam ser ampliados as coberturas e em espaços de grande dimensão, como a Fortaleza de Santiago e a Escola Básica de Sampaio, que era normal que aqueles espaços pudessem significar ali um valor significativo de amplitude do seguro. E que os 249 mil euros eram precisamente para fazer face a uma margem de manobra, porque não se sabia ainda qual seria a análise da seguradora em relação a essa amplitude, uma vez que iam agora abrir o concurso de ajuste direto. E não podiam correr o risco da seguradora dizer não, porque não havia margem para isso, e ficarem com equipamentos não assegurados. Independentemente de tudo isso, gostava que o Vereador dissesse se era possível haver ainda uma redução daquela margem, por um lado, para darem margem suficiente, por outro, conseguirem que houvesse uma maior pressão na redução efetiva de custos. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que disse ao Deputado João Rodrigues, que gostava que ele tomasse atenção para perceber exatamente o que ia dizer. Tinha frisado há pouco que com base no caderno de encargos, na cláusula 3ª, “Obrigações do Segurador”, *no decurso da execução do contrato,*

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

3 anos, o segurador por sua iniciativa não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prédios, e coberturas”, portanto isso estava salvaguardado. Independentemente de estar ali, num documento público, que para seguros de acidente de trabalho estava previsível 135 mil euros, a Câmara este ano ia pagar a módica quantia de 123.120,4 mil euros, com base na massa salarial, porque no máximo, só podiam cobrar, 0.966%, portanto o valor não podia subir. Sinceramente não entendia qual era a dúvida, se a seguradora não podia aumentar as taxas, se a massa salarial descia, como é que os deputados podiam estar a dizer que a Câmara ia pagar 135 mil euros, só podiam estar a fazer uma grande confusão, entre aquilo que era ali previsional e aquilo que a Câmara Municipal ia pagar efetivamente.-----

-----**A Presidente da AM** mencionou que as Comissões tinham que servir para uma apreciação o mais profundo possível sobre matérias daquela natureza. E não era por acaso que as Comissões eram constituídas com elementos de todas as bancadas, para que houvesse de facto estes pormenores. Era evidente que ao nível da Assembleia Municipal houvesse um esclarecimento público, para a visualização daquilo que eram as defesas de cada um, mas tinham que esgotar este ponto porque ainda tinham, outro para apreciar. -----

-----Deu a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que referiu que os dados que o Sr. Vereador trouxe na presente sessão eram adicionais, os deputados não tinham tido acesso. -----

-----**O Vereador José Polido** disse que de facto não tinha trazido logo os documentos, mas aquilo era um documento público, era aprovado em reunião de Câmara, e era um concurso público, repetiu, era um concurso público. Mais, aquilo que tinha dito na Comissão e que estava traduzido na ata, e não tinha sido ele que a redigiu, era que aquele não era o valor da adjudicação. -----

-----**A Presidente da AM** disse que se ainda havia dúvidas, pedia ao Sr. Vereador que enviasse à Assembleia Municipal cópia do respetivo caderno de encargos, para ser colocado na PAMS para consulta dos deputados que o pretendessem consultar. -----

-----**O Vereador José Polido** comprometeu-se a enviar o referido caderno de encargos para a Assembleia Municipal. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** colocou à votação o ponto **7. Aquisição de Contratos de Seguro 2015- Ajuste Direto.** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor (13 CDU+6 PS+2 MSU+1 BE) e 2 abstenções do PSD, autorizar, sob proposta da Câmara Municipal, a abertura do procedimento aquisitivo por ajuste direto, para a contratação de Contratos de Seguro para o ano de 2015. -----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** apresentou, em nome da bancada do PS, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“O PS votou a favor na perspectiva e na convicção de que haja a necessária capacidade negocial, tendo em vista obter o melhor preço possível para a totalidade da carteira de seguros da câmara em 2015; e que, de preferência, seja inferior ao valor do ano em curso, nos casos em que as coberturas não sejam superiores.” -----

-----Depois o **Deputado Lobo da Silva** apresentou, em nome da bancada do PSD/CDS-PP, a **Declaração de Voto** seguinte: -----

-----“O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra decidiu abster-se relativamente ao ponto 7. da ordem de trabalhos – Aquisição de Contractos de Seguro 2015 - Ajuste Direto pelas seguintes razões: -----

-----Não obstante o referido ajuste direito enquadra-se no previsto do nº 2 da Clausula 18ª do Programa do referido concurso público, onde é indicado a possibilidade de se proceder, no máximo duas vezes e por período de 12 meses, entendemos que a Camara Municipal de Sesimbra deveria ter efetuado uma consulta ao mercado.-----

-----Depois e tendo em consideração o mercado existente na Área dos Seguros não se compreende a razão pela qual a Camara Municipal de Sesimbra não abriu o concurso pelo mesmo valor adjudicado em 2014 (210.572,43 € contra os 240,000,00 € previstos). -----

-----Queremos deixar aqui bem claro que a nossa abstenção nada tem haver, obviamente com a idoneidade, profissionalismo ou qualidade do trabalho desenvolvido pelos técnicos da Câmara Municipal de Sesimbra.”-----

-----Seguidamente a **Presidente da AM** deu início ao ponto **8. Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo – Resultado da Audiência dos Interessados.**-----

-----Informou que este assunto tinha sido apreciado ao nível da Comissão “3” da qual era Coordenador o Deputado Rui João, e onde esteve presente a Srª. Vice-presidente da Câmara e o responsável desta área, o Dr. Joaquim Carapinha, que prestaram os devidos esclarecimentos. -----

-----Deu a palavra ao **Coordenador da Comissão, Deputado Rui João** que informou que na reunião da Comissão o documento foi debatido e analisado e no decorrer da reunião foi sugerida uma alteração ao nº. 1, do artigo 30º, do Regulamento, tendo a Srª. Vice-presidente anuído que o mesmo fosse apresentado na presente Assembleia. Quanto ao sentido de voto, tinha sido remetido para o plenário. -

-----**O Deputado João Rodrigues** disse que em primeiro lugar queriam manifestar a satisfação pela elaboração e apresentação do presente regulamento, o Movimento Sesimbra Unida já tinha solicitado, ao Sr. Presidente da Câmara, na segunda reunião da sessão de abril, um resumo dos vários apoios ao movimento associativo, indicando valores, periodicidade, forma de cálculo e relação contratual. Isso não



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha sido possível, mas já nessa altura tinham demonstrado que era uma preocupação que tinham se havia coerência, rigidez, nomeadamente interno, como externo, perante as associações. Contudo, da análise do documento, tinham algumas dúvidas, nomeadamente, em relação à indicação do nº. de atletas individuais por tipo de desporto. Aquele documento regulamentava as atividades, tinham alguma dificuldade em encontrar ali alguma coerência, nomeadamente em orientação, em ginástica 30 atletas, canoagem 14, *bodyboard* 20, achava que havia ali uma série de descrição livre de atividades de que gostaria, pelo menos no futuro, que fosse mais evidente qual era o objetivo da Câmara em termos de promoção, de uma atividade em prol de outra, em relação ao concelho.-----

-----Segundo ponto, havia uma discriminação de apoios em função do tipo de instalação, em relação a todos os tipos de modalidade, o que lhes parecia nem sempre adequado, porque há atividades que não têm a ver com as instalações. Não há uma relação direta com uma atividade de praia, de mar, com as instalações, assim como outras ao ar livre. E só para dar um exemplo, em orientação havia um limite de atletas a apoiar, se tivessem instalações tipo 1, a Câmara apoiaria no máximo o total de 1560,00 uros, mas se as instalações forem tipo 4, já pode ir até aos 4320,00 euros. Parecia-lhes que a diferença de valores não era justa para todas as atividades, se fosse uma atividade de ginástica, achavam que fazia todo o sentido a relação entre instalação e atividade, mas quando a situação se colocava entre atividades que não dependem de instalações, ao premiarem, ao darem dinheiro a uma associação só porque tem um tipo de instalação diferente da outra, com uma atividade semelhante que não utiliza, não fazia nenhum sentido. Parecia-lhe que de futuro deviam focar-se nestes pontos e fazer esta análise.-----

-----Parecia-lhe também importante, indexar o nº máximo de atletas a apoiar por cada modalidade individual, em função do nº total de atletas que a associação tem nessa modalidade. Deviam ponderar no futuro aqueles apoios, não só em função da modalidade, mas também do nº. de atletas que praticam essa modalidade na associação, estavam a premiar aquelas que tinham mais atletas e que mais se esforçavam para angariar atletas. Não podiam correr o risco, como são sempre 14, o limite máximo, a associação só tem lá 14 recebe o 14 e em termos de apoio da Câmara não vai ter mais nenhum apoio por ter 20, 30, ou 40. Referia isto para um pequeno ajuste futuro. -----

-----Em relação à questão dos intervalos de apoio a nível de obras, disse que havia um erro técnico, que provocava com que os apoios dados fossem superiores a quem tem um melhor investimento em relação a quem tem mais investimento. E ia dar um exemplo simples. A Câmara apoia até 25.000 mil euros obras de beneficiação, imaginando que há 2 associações exatamente com as mesmas instalações, os mesmos materiais, tudo igual, a única diferença é que uma é grande e outra é mais pequenina, e havia uma intempérie e a Câmara queria apoiar ao máximo aquelas 2 associações. Admitindo que a associação



Assembleia Municipal de Sesimbra

mais pequena para reparar o telhado precisa de 25 mil euros e a outra associação porque é maior precisa de 30 mil euros, qual era o apoio que a Câmara ia dar? No presente regulamento, na prática, em função do texto que estava redigido, a associação que gastou 25 mil euros no custo da reparação, era apoiada em 50%, e recebia 12,5 mil euros. A outra que teve um custo de 30 mil euros, como era só telhado, recebia 7,5 mil euros. Portanto isto era uma injustiça enorme entre as associações. Até mesmo se o executivo quisesse apoiar de igual modo não podia, porque o regulamento não lhe permitia, porque aquele artigo tinha uma pequena falha. -----

-----Informou que já tinham redigido a proposta para que aquele regulamento fosse aprovado, da parte do Movimento Sesimbra Unida seria aprovado, porque achavam que era fundamental um documento que era uma referência, e que devia ser até alargado, não só a atividades desportivas, mas a outras atividades não desportivas, dentro do possível. Portanto o seu colega Miguel Ribeiro iria ler a proposta de recomendação. -----

-----**A Presidente da AM** solicitou ao Deputado Miguel Ribeiro que fizesse a leitura da recomendação depois da intervenção dos dois Deputados que tinha ainda para intervir. -----

-----Cedeu a palavra à **Deputada Maria José Borges** que referiu que depois de ler o Regulamento tinha ficado com algumas dúvidas, e que ia colocar à Sr^a. Vereadora. Se o presente regulamento era para o apoio financeiro ao associativismo desportivo, gostava de saber em que situação e como se enquadrava o movimento associativo não desportivo. E dava-lhe como exemplo, o Grupo Coral, as coletividades, os grupos de sambas, e outras associações de carácter cultural mas de pequena dimensão e que não têm desportivo.-----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** disse à Sr^a. Vereadora que era importante, aliás tinha sido ela que tinha dado a solução de se fazer uma recomendação, que na intervenção da Câmara houvesse a capacidade de admitir que a recomendação era aceite pela Câmara. -----

-----Por outro lado queria dizer, que algumas das questões que o deputado João Rodrigues tinha colocado, tinham a ver com o facto dos documentos que enquadravam toda aquela atividade e que agora iria ficar melhor regulamentada, serem documentos que tinham anos e anos de prática. E foi desses anos e anos de prática que resultava a informação que estava naquele regulamento. E se, eventualmente, isso tivesse sido como a Deputada Paula Gato referiu na reunião, enquadrado de uma forma genérica no preâmbulo daquele novo documento, talvez ficasse mais claro, permitindo até que a Câmara estivesse melhor defendida perante eventuais problemas que depois advirão junto do movimento associativo, naquele caso, desportivo, em relação a interpretações. Portanto julgava que era importante ficar dito, a



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara também o diria se o entendesse. E importaria também dizer claramente, se pensava aceitar a recomendação que a Assembleia Municipal iria aprovar. -----

-----A **Presidente da AM** informou que daria a palavra ao Deputado Miguel Ribeiro para fazer a leitura da recomendação, e depois solicitaria ao Sr. Presidente da CM, ou à Sr^a. Vereadora, o esclarecimento da metodologia da recomendação. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** leu a **Recomendação ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo, que se transcreve:**-----

-----“**CONSIDERANDO QUE:**-----

-----A *Câmara Municipal de Sesimbra, em sessão de câmara de 17 de Setembro de 2014, deliberou por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo;* -----

-----A *Câmara Municipal de Sesimbra, em sessão de câmara de 17 de Setembro de 2014, deliberou por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo;* -----

-----*Em reunião da Comissão “3” (Sociocultural e Segurança dos Cidadãos), da Assembleia Municipal, ocorrida no dia 02 de Outubro de 2014, os deputados municipais do Movimento Sesimbra Unida vieram invocar que a redação do n.º 1 do art. 30º do Regulamento continha uma incorreção técnica, que carecia de ser suprida;* -----

-----A *redação do n.º 1 do art. 30º do aludido Regulamento é a seguinte:* -----

-----“1 – A Câmara Municipal apoia a realização das obras da seguinte forma:-----

-----a)*Pequenas obras de conservação de valor igual ou inferior a 500,00 € - até 75% das despesas orçamentadas e elegíveis;* -----

-----b)*Obras de conservação de valor superior a 500,00 € - até 50% das despesas orçamentadas e elegíveis;*-----

-----c)*Obras de beneficiação ou construção de valor igual ou inferior a 24.939,89 € - até 50% das despesas orçamentadas e elegíveis;*-----

-----d)*Obras de beneficiação ou construção de valor superior a 24.939,89 € - até 25% das despesas orçamentadas e elegíveis;”* -----

-----e)*De fato, a redação da norma regulamentar em apreço traduz uma discriminação negativa na atribuição de apoios financeiros por parte da Câmara Municipal de Sesimbra;*-----

-----**Assim recomenda-se à Câmara Municipal que, em conformidade com o supra exposto, altere a redação do referido n.º 1 do art.º 30º do Regulamento, nos seguintes termos:** -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“1 – A Câmara Municipal apoia a realização: -----
-----a)De obras de conservação, até 75% das despesas orçamentadas e elegíveis para obras de valor igual ou inferior a 500,00 €, e até 50% do montante que exceda tal valor; -----
-----b)De obras de construção e beneficiação, até 50% das despesas orçamentadas e elegíveis para obras de valor igual ou inferior a 25.000,00 €, e até 25% do montante que exceda tal valor.” -----
-----Após terminar a leitura, o deputado referiu que tinham achado por bem arredondar aquele valor de 24.939,89 €, por uma questão de facilidade e também de coerência com algumas normas do próprio regulamento que tinha aquela referência aos 25 mil euros. -----
-----**A Presidente da AM** disse que antes de dar a palavra à Câmara Municipal, gostava de tornar claro para todos a metodologia da deliberação. Na realidade tinham um Regulamento que lhes tinha sido enviado pela Câmara Municipal e sobre o qual tinham que deliberar exclusivamente. Mas fruto da reunião de trabalho com os deputados da AM, a Sr^a. Vereadora e os Técnicos foram sugeridos alterações a alguns artigos do regulamento, o que significava que a recomendação acabada de ler continha alterações ao regulamento apresentado pela Câmara. Portanto teriam que deliberação sobre a recomendação, que por sua vez ia provocar uma deliberação da Câmara, e teria que ser remetida novamente à Assembleia Municipal para deliberação.-----
-----Citou que estas situações têm sido possíveis de acertos, quase que diria de acordos, institucionais entre a Câmara e a Assembleia. A presente questão parecia-lhe ser uma questão mais abrangente, e por isso a Assembleia ia deliberar o regulamento, que a Câmara aceitava e ia trabalhar, sendo que depois a recomendação teria que vir novamente à Assembleia e voltar para a Câmara. Portanto a deliberação do presente regulamento não acabava ali, não ficava completa a sua deliberação, eventualmente teria que ser continuada em novembro, ou dezembro.-----
-----Deu a palavra ao **Presidente da CM** que disse que concordava parcialmente com aquilo que tinha dito a Sr^a. Presidente da AM, porque o regulamento ficava aprovado. Se a Câmara aceitar a recomendação, e parecia-lhes que tinha toda a lógica e até tinham pena do regulamento não ter vindo assim, a solução naquele dia era, uma vez que não havia tempo útil da Câmara deliberar antes de a Assembleia deliberar, deliberarem o documento conforme foi submetido pela Câmara, e numa próxima oportunidade a Câmara deliberar e depois trazer à Assembleia. Significava que toda a restante matéria que para a Câmara era mais urgente, em relação ao movimento desportivo que estava à espera do presente documento, ficava já resolvida, e a matéria referida na recomendação, obras que não aconteciam todos os dias, podia esperar perfeitamente mais um mês para se fazer a alteração. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Tiago Aragão** referiu que já tinham havido outras situações em que tinham aprovado com condição. Ou seja, tinham aprovado mediante uma condição que seria a aceitação por parte da Câmara, em reunião de Câmara no momento próprio, da alteração proposta na assembleia. ----

-----Salientou que o outro problema identificado pelo Movimento Sesimbra Unida, ocorria no outro Regulamento de Apoio ao Associativismo que se mantinha em vigor e que tinha os mesmos critérios de atribuição de subsídios, e portanto convinha ter em atenção. Naquele momento existia o Regulamento de Apoio ao Associativismo que estava em vigor, e o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, e ainda se mantinham as mesmas menções ao associativismo desportivo no outro regulamento, ainda que a maior parte das coisas se repetissem. Pensava que era importante, com muita brevidade, retificar o outro regulamento e transformá-lo, por exemplo, em Apoio ao Associativismo Cultural, de forma a não haver dois regulamentos paralelos com as mesmas normas acerca dos mesmos assuntos, porque poderia criar confusão e haver até algum aproveitamento de ver qual era o regulamento mais favorável em determinada matéria.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu, que o caso que o deputado referiu tinha sido apenas um caso de pormenor, não tinha havido uma recomendação, portanto situação como a presente nunca tinha havido nenhuma. Também podia não ser votado o Regulamento e ser votado noutra altura, mas com a urgência que tinham preferia que votassem assim como estava e logo que possível introduziam a recomendação da Assembleia Municipal. -----

-----**O Deputado Mendes Dias** disse que aquilo que tinha acabado de ouvir de alguns deputados, não era comparável com aquilo que tinha sido defendido em outras assembleias. Não era comparável estarem naquele dia a fazer uma recomendação de alteração de um regulamento, de artigos, de verbas e de valores, e querer comparar com a alteração de frases, ou apenas de palavras, que eram bem específicas. Achava que a Sr^a. Presidente, quando o entendesse, devia colocar o regulamento ali presente à votação, que devia ser preferencialmente aprovado conforme estava, depois a recomendação devia ser também colocada à votação, e se assim se entendesse ser aprovada. E a Câmara logo que possível, fazia a alteração ao regulamento acolhendo a recomendação. E se calhar, aproveitando a sugestão do Deputado Tiago Aragão, era capaz de ser uma boa oportunidade para a unificação dos regulamentos de apoio ao associativismo que tinham na Câmara Municipal. Era capaz de ser uma boa altura para deixarem de ter um Regulamento para Apoio ao Associativismo, que não se sabia para que era, se era para a cultura, se era para o desporto, e ficarem com um regulamento com duas componentes, a desportiva e a não desportiva, mas num só regulamento.-----

-----**A Presidente da AM** citou que desde o início que defendeu que a votação devia ser em separado.--

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cedeu a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que tinha pedido a palavra apenas para questionar a mesa relativamente ao procedimento mais adequado a seguir, mas o deputado Mendes Dias e o Sr. Presidente da Câmara tinham esclarecido devidamente, o mais acertado era votar o regulamento e depois a recomendação. E a Sr^a Presidente da Assembleia também concordava. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Deputado Francisco Jesus** disse que só queria tirar uma dúvida. Estava a ler a Lei 75/2013, e de todos os artigos de competências da Assembleia Municipal, vinha no nº 3 do artigo 25, *que não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara referidas nas alíneas a) e m) do nº. 1, e alínea l) do nº. 2, sem prejuízo de acolher novas propostas, sugestões, ou recomendações, feitas pela Assembleia Municipal.* -----

-----Portanto o seu entendimento era, embora não fosse jurista, que a Assembleia Municipal podia fazer alterações nas propostas não mencionadas no nº 3. -----

-----**A Vice-presidente** esclareceu que não estavam a falar de um erro técnico, já tinha esclarecido isso na Comissão, aquele regulamento compilava dois outros documentos normativos que já existiam e que já estavam a ser aplicados pela Câmara desde 2000. O Plano de Apoio ao Associativismo (PAS), que previa exatamente aquela redação da recomendação, e também a compilação de um outro documento, que continuava a ser aplicado pela Câmara, o Plano de Desenvolvimento Desportivo. No fundo o que aquele regulamento pretendia, era normalizar os apoios e ao mesmo tempo verter para ele próprio o Plano de Apoio ao Associativismo e os Planos de Desenvolvimento Desportivo. Obviamente que a realidade presentemente era bem diferente, dificilmente haveria candidaturas, e portanto tinha sido sensível ao argumento apresentado pelo Deputado do MSU. Aliás, pensava que todos os deputados tinham sido sensíveis em relação àquela questão na comissão. E não era por um documento ser aprovado pela Câmara e estar a ser aplicado pela Câmara, que não podiam pôr em causa se continuava a ser pertinente. E foi nesse sentido que tinham aceitado fazer a presente alteração, para tentar de alguma forma ser mais equitativa num cenário totalmente diferente do cenário que existia em 2000. -----

-----Quis relembrar, que o presente documento tinha estado para consulta pública durante um mês, tinha sido apresentado a todas as coletividades, a todas as associações, que tiveram a oportunidade de falar sobre o presente documento, e as questões apresentadas pelos deputados não mereceu nenhuma delas a preocupação. Houve outras questões que foram manifestadas, nomeadamente a majoração dos valores, que a Câmara decidiu não aceitar essa majoração, porque obviamente tinham que ter em linha de conta uma questão pertinente, o orçamento da Câmara Municipal. Portanto, não tinham aceitado algumas propostas, mas tinham aceitado e integrado alguns artigos que lhes foram propostos. -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----E indo ao encontro daquilo que disse o Deputado João Rodrigues, que se hoje fossem pôr por hipótese, o *bodyboard*, ou a ginástica rítmica, qualquer modalidade individual, em vez de ser os 14 ou os 30, e já tinha sido explicado na reunião que os 14 era valor estimado e tão falível como outro qualquer, mas foi um valor estimado que encontraram de acordo com aquilo que é a e era o valor estimado que era prática no concelho de Sesimbra, mas se por hipótese pudessem aceitar uma coletividade qualquer, que em vez de ter 14, pudesse de repente federar 30, obviamente que para a coletividade poderia ser muito bom, mas para o ajustamento da Câmara não era. E o que se tinha tentado, tinha sido fazer uma distribuição correta e equitativa e transparente dos apoios financeiros que a Câmara dá, mas ao mesmo tempo não cometer loucuras orçamentais, porque sabiam bem que o dinheiro da Câmara não é nem será elástico. Aliás, era uma preocupação constante da Assembleia Municipal, que as despesas correntes da Câmara não aumentem, e essa tinha sido uma linha importante na elaboração daquele regulamento. ---

-----Depois citou, que obviamente também reconhecia que se calhar estava na altura, e a Câmara tem vindo a fazer esse esforço, de tentar regularizar tudo o que era regulamentos de apoio ao movimento associativismo. E ainda há pouco tempo, há 2 anos, tinham aprovado o regulamento de apoio ao movimento social, também tentando adaptar àquilo que são as normas de apoio a cada IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, e mais uma vez de forma equitativa e transparente de financiar. O PAS – Plano de Apoio ao Associativismo, que faz parte integrante deste regulamento, é aplicado ao movimento desportivo e ao movimento associativo de outra índole, designadamente, a cultural, a juvenil, e que no regulamento ali presente naquele dia fica fora. Portanto, a recomendação que tinha sido feita na Assembleia, de poderem alterar o PAS e adequá-lo à realidade do movimento associativo cultural do concelho, era desejável, iriam fazer isso. Mas presentemente qualquer atividade de índole cultural, ou juvenil, tem o enquadramento que de alguma forma garante quase os apoios que podem ser dados em termos de obras, de desenvolvimento de atividades, que é o Plano de Apoio ao Movimento Associativo. E presentemente com as alterações que foram feitas ao regulamento presente, justifica-se mais do que nunca fazer as alterações também ao outro e tentar adaptá-lo àquilo que é a realidade atual do concelho. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que estava ali a faltar um dado muito importante que já tinha sido referenciado na comissão, e para todos os Deputados da Assembleia perceberem, a Câmara Municipal enviou 24 cartas e só a ACRUTZ – Associação Cultural e Recreativa União Trabalhadores da Azoia e o GDS – Grupo Desportivo de Sesimbra, é que tinham respondido. Portanto tivessem bem noção, se no futuro houvesse alguma situação, que não era da responsabilidade da Câmara, nem daquela Assembleia. -----

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado João Rodrigues** disse que se havia alguém naquela Assembleia que tentava ajudar o máximo possível para que o orçamento da Câmara, relativamente às despesas, não aumentasse, eram os deputados do MSU. E quando dizia que se devia ter em linha de conta o número de atletas que estão a praticar a modalidade na associação, não era para dar mais dinheiro, mas para ponderar um clube que tendo 60 atletas a praticar ginástica tem mais apoio do que aquele que só tem 20. E isto era apenas uma recomendação, no sentido da análise futura daquele documento, porque era isso que sentia. E a sua participação ali na Assembleia, e a dos outros deputados, era para dar apoios e contributos.-----

-----**O Deputado José Guerra** disse que, quanto à questão do nº. de atletas, numa atividade federada por equipas há um limite de pessoas que se podem inscrever, mas dentro da coletividade deveria haver muitas mais gente a praticar esses desportos mesmo não sendo federados, não tendo esses subsídios que têm os federados, que têm outro tipo de gastos. O interesse era colocar mais gente a fazer desporto, não era aumentar os encargos financeiros, ou se aumentar, aumentar o mínimo possível, por exemplo, num Professor, ou num Treinador. Porque ter 50 pessoas a praticar desporto numa coletividade tem muito mais importância e participação do que ter só a equipa federada, em que só os 14 melhores é que podem praticar.-----

-----**A Deputada Ana Cruz Narciso** disse que estava a custar-lhe ouvir algumas intervenções, não enquanto técnica porque não custava misturar as coisas, que eram de um total desconhecimento do movimento desportivo do concelho de Sesimbra. E queria reforçar aquilo que foi dito pelo Deputado Manuel José Pereira, o que estava ali presente não era nada de extraordinário, era regulamentar aquilo que a Câmara já fazia, bastava os deputados terem os números e terem conhecimento do movimento associativo desportivo do concelho de Sesimbra. Tinham que limitar atletas, tinham. Porque quem tinha conhecimento de causa, sabia que se a Câmara abrisse para 40 atletas, rapidamente apareciam 40 atletas, nem que fossem 30 fantasmas. Portanto, a Câmara tinha que regulamentar verbas que já estavam a ser atribuídas de acordo com a realidade do movimento associativo desportivo do concelho. E aquele regulamento, de acordo com aquilo que tinham atualmente, era aplicável à realidade do concelho de Sesimbra, não era à realidade do Seixal, ou da realidade de Almada. Pensava que aquilo que o Deputado Manuel José tinha referido, e muito bem, de haver ali uma introdução àquilo que era o movimento associativo desportivo nos últimos anos, teria sido mais fácil perceber o que era o compilar daquelas normas.-----

-----Disse ainda, relativamente ao movimento desportivo e aos atletas não federados, que já existiam planos de desenvolvimento que apoiam esses atletas, que apoiam esses treinadores, e andavam ali à



Assembleia Municipal de Sesimbra

volta de um assunto que era só regulamentar o que já existia, tendo em conta o orçamento que a Câmara Municipal tem disponível para o efeito. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que depois da intervenção do Deputado Francisco Jesus, relativamente à Lei 75/2013, tinha estado a confirmar, e não havia dúvida nenhuma que a Assembleia Municipal podia alterar o Regulamento. Estavam ali a elaborar num erro, porque estavam a raciocinar em função da anterior legislação, que impedia que a Assembleia alterasse os regulamentos. Portanto, havendo a possibilidade da Assembleia Municipal alterar o regulamento, achava que não fazia sentido aprovar uma recomendação. O que fazia sentido era incluir o que ali estava na versão do regulamento e ficava o problema já resolvido. Ganhavam todos, já não havia deliberações da Câmara e ficava tudo resolvido, pensava que do lado da Câmara estavam todos de acordo com aquela redação, mas também não lhes competia aprovar, mas aos deputados da assembleia. -----

-----Em relação às outras questões, gostava de dizer que aquilo que a Câmara Municipal estava a propor para aprovação era um regulamento sobre as associações desportivas. O que não queria dizer, que não se reconhecesse que um trabalho parecido com aquele não tivesse que vir a ser feito para as outras áreas. Mas naquele momento não era isso que estava ali em causa, estavam a procurar melhorar a prática que havia até agora e criar algum critério que não existia. Porque a Câmara atribuía os subsídios aos clubes um bocado por razões históricas, atribuía-se aquele e mantinha-se aquele, atualizava-se, e não havia nenhuma relação direta com o nº de atletas, com a atividade do Clube. Parecia-lhes que o nº. de atletas era o critério mais justo, não queria dizer que não houvessem outros, e que não pudessem ser introduzidas outras variáveis. Estavam a criar um primeiro regulamento, com base naqueles critérios, e não se consegue ter a solução perfeita logo à primeira. Admitia perfeitamente, que no futuro pudessem melhorar o regulamento, aliás, a intervenção do Deputado João Rodrigues era nesse sentido. E achava também que as questões que levantou eram pertinentes, saber se eram 30 atletas, se eram 40. Mas também era preciso pôr algum travão, porque em relação aos valores que iam dar por atleta, a questão de ter ou não ter instalações próprias fazia a diferença. E há desportos em que nem são utilizadas as suas próprias instalações, enquanto há outros que são. Havia um conjunto de variáveis que ainda não dominavam, e que só quando a aplicação prática do regulamento, provavelmente dali a um ano, estariam em condições de introduzir aperfeiçoamentos e resolver um conjunto dessas questões. Agora, naquele momento o que fazia sentido era aprovar tal como estava e introduzir a alteração que tinha surgido na assembleia. E, se calhar, estariam dali a um ano para apresentar algumas alterações já da aplicação prática das coisas. E também seria perfeitamente possível, em relação ao movimento associativo, que do seu ponto de vista também pecava por não ter critérios em função do nº de executantes, estava a falar de

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

músicos, ou grupo coral, e portanto esses critérios também deviam pesar nos apoios que se atribuíam, e não apenas porque se atribuíam 100€ ao grupo tal, continua-se a atribuir 100€. Portanto eram matérias que pensava que tinham que melhorar, e isto podia ser um bom pontapé de partida para se introduzir essas questões, sem que isso introduzisse depois valores malucos no orçamento municipal. Portanto tinha havido ali algum cuidado nos valores que foram considerados, para que a despesa global não excedesse muito aquela que a Câmara já tinha naquele momento. E mesmo esses limites que tinham sido colocadas, foi para ter algum controle que a despesa não iria disparar para valores impraticáveis. Mas não tinha dúvidas nenhuma, das simulações que tinham feito, que aquilo repunha alguma justiça na atribuição de verbas entre os Clubes, em função da dimensão e do esforço financeiro que cada um dos Clubes fazia. E só estavam a falar de atletas federados, e esse era outro critério, não era só dizer que tinham 20, ou 30 atletas, tinham que fazer prova que os tinham, e inscrever os atletas na federação também tinha custos, embora fossem custo muito variáveis de federação para federação. Portanto isto era uma primeira aproximação, pensava que podia ser um excelente exercício para depois melhorarem e introduzirem também noutros regulamentos. -----

-----**A Presidente da AM** disse que pensava, que após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a metodologia da votação passaria a ser diferente. Ou seja, iam colocar à votação o Regulamento que a Câmara tinha enviado à Assembleia Municipal, colocando a alteração ao nº. 1, do artigo 30º. -----

-----Colocou à votação o **ponto 8. Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo – Resultado da Audiência dos Interessados.** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo, com a seguinte alteração ao nº. 1, do artigo 30º:-----

-----“1 – A Câmara Municipal apoia a realização:-----

-----a) De obras de conservação, até 75% das despesas orçamentadas e elegíveis para obras de valor igual ou inferior a 500,00 €, e até 50% do montante que exceda tal valor;-----

-----b) De obras de construção e beneficiação, até 50% das despesas orçamentadas e elegíveis para obras de valor igual ou inferior a 25.000,00 €, e até 25% do montante que exceda tal valor.”-----

-----O **Deputado Alain Monteiro** prestou em nome da bancada da CDU, a **Declaração de Voto** que se reproduz:-----

-----“O presente Regulamento, sobre o apoio Financeiro ao Movimento Associativo, com o qual concordamos, é enquadrado pela Câmara Municipal no conjunto das políticas que visam a promoção da prática desportiva, contudo esta vontade jamais poderá ser assumida e desenvolvida sem que o

Ata nº15 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Movimento associativo coopere e participe. Razão pela qual registamos com agrado as opiniões que trouxeram suas apreciações, comentários e sugestões. -----

-----Por esta razão é fundamental compreender que o Movimento Associativo constitui um dos corpos intermédios da sociedade, junto das comunidades locais cooperando com o desenvolvimento local, designadamente na vida cultural, desportiva e social das populações. -----

-----Também é verdade que o associativismo popular é uma escola de vida coletiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania. Estes valores são inerentes à vivência do associativismo mas sempre vivenciados pelo papel do dirigente sem o qual não seriam criadas dinâmicas sociais, culturais e desportivas fundamentais a qualidade de vida das populações do município. -----

-----Neste contexto considera-se que será importante, no futuro, considerar as restantes dinâmicas associativas existentes no concelho e não apenas as que contextualizam o associativismo desportivo, já que a sua génese tem a mesma razão de ser enquanto intervenção na vida social e cultural do município.

Também nos parece que é limitativo a situação “Apoio financeiro”, uma vez que a Câmara Municipal desde sempre tem sido seu entendimento manifestar apoios de vária ordem, nomeadamente logístico, material e humano. Por isso parece-nos oportuno repensar a integração de outras dinâmicas tão importantes e fundamentais a revitalização do associativismo local, com expressão na dança e no canto.

Por fim consideramos que este documento deve ser apreciado e avaliado ao longo do ano, por forma a constatar a sua aplicabilidade junto movimento associativo.” -----

*-----O Deputado Miguel Ribeiro apresentou em nome do MSU a seguinte **Declaração de Voto:** -----*

-----“O MSU considera que o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo representa uma evolução satisfatória na concessão criteriosa de apoios financeiros ao Movimento Associativo. -----

-----Os deputados do MSU têm, em diversas ocasiões, manifestado a sua preocupação no que diz respeito às contas da Autarquia, sobretudo na vertente do controlo da despesa. Numa dessas ocasiões, mais concretamente na sessão da Assembleia Municipal de 28/04/2014, solicitámos à Câmara Municipal, a disponibilização de um quadro resumo dos apoios concedidos ao movimento associativo, incluindo valores, periodicidade, fórmulas de cálculo e relação contratual. -----

-----Ora, apesar de tal pedido não ter sido, até à presente data, satisfeito pela Câmara Municipal, entendemos que o Regulamento em apreço traduz uma resposta positiva do Executivo a este pedido dos deputados do MSU, em especial, à necessidade de um maior rigor e transparência na atribuição de apoios



Assembleia Municipal de Sesimbra

financeiros às associações, por via da implementação de procedimentos mais uniformes e dotados de um maior grau de exigência. -----

-----Sem prejuízo do supra referido, entendemos que se impunha a elaboração de um Regulamento que contemplasse não só o associativismo desportivo, mas também o associativismo social, cívico e cultural, procurando dessa forma por fim à dispersão normativa existente, sempre nefasta não só para quem tem a responsabilidades de executar, mas também para as entidades que procuram na Câmara Municipal ajuda financeira para levarem a bom porto as suas atividades. Não tendo sido essa a opção do Executivo, impõe-se a breve prazo, a elaboração de um regulamento que discipline os apoios concedidos pela Autarquia ao associativismo não desportivo, ou a compilação num só regulamento dos apoios ao associativismo.-----

-----Por outro lado, existem ao nível do Regulamento aspetos que terão que ser melhorados, sendo desejável que a Câmara retire da sua aplicação prática dados que permitam adequar o normativo à realidade e, dessa forma, assegurar uma afetação mais apropriada dos apoios. -----

-----Ainda assim, e no cômputo geral, consideramos que o Regulamento merece um sentido de voto favorável por parte dos deputados desta bancada.”-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

*-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e sete minutos do dia 07 de outubro de 2014. -----*

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----